



ESTADO DA BAHIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021  
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

**EDITAL 001/2026**

- Contratação delegada  
 Sistema de Registro de Preços – SRP

**(Processo Administrativo nº 074.7879.2025.0063025-64)  
ID BB 1089108**

**ESTRUTURAÇÃO DO EDITAL**

I – Parte Invariável, tendo como componentes:

- a) Preâmbulo;
- b) Rito Procedimental;
- c) Formulários de documentos;
  1. Modelo de procuração
  2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021)
- d) Seção do Sistema de Registro de Preços - SRP:
  1. Especificações do SRP;
  2. Minuta da Ata de Registro de Preços;

II – Parte Variável, tendo como componentes:

- a) Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação);
- b) Minuta de contrato.

**PREÂMBULO**

**1. Regência legal:**

Esta licitação obedecerá as disposições da Lei nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto nº 22.885, de 20 de junho de 2024, do Decreto nº 22.888, de 26 de junho de 2024, e, na hipótese do Sistema de Registro de Preços, o Decreto nº 23.657, de 09 de maio de 2025, e respectivas alterações.

**2. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB:**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenções prediais.

Família: 07.29

Código: 07.29.11.00084179-0

**3. Requisito de participação:**

**3.1 Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia /SAEB**

Serão admitidos a participar desta licitação os interessados, **inscritos ou não** no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia, que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, que pertençam ao ramo de atividade



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

**3.2 Tratamento diferenciado e simplificado (ME e EPP)**

Participação restrita a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Ampla Participação

Aquisições

Sem reserva de cota

Com reserva de cota

Serviços – Sem reserva de cota

**3.2.1** Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverá ser observado o disposto no item "3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO" do Rito Procedimental.

**3.3 Consórcio**

**3.3.1** A definição quanto à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio observará o disposto no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

**4. Processo administrativo - Órgão/entidade e setor:**

074.7879.2025.0063025-64 SEC/UNEB/DTCS III/DCH III

**5. Modalidade/número de ordem:**

Pregão eletrônico nº 001/2026

**6. Modo de disputa**

Aberto

Aberto e fechado

Fechado e aberto

Fechado

**7. Intervalo mínimo de diferença entre lances (degrau de valor ou percentual):**

Sim (conforme orçamento estimado em planilha constante do TR/Habilitação)

Não

**8. Critério de julgamento:**

Menor Preço  Por item

Por lote

Global

Maior Desconto sobre  preço global fixado

tabela de preços praticada no mercado

itens do orçamento de referência (aplicação linear)

Técnica e Preço



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**9. Ordem de fases da licitação:**

(X) Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedera** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

( ) Na presente licitação, a fase de habilitação **antecederá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme **ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes**, na forma do §1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10. Agendamento da vistoria a ser realizada pelo licitante, quando exigível no TR:**

Responsável pelo agendamento de vistoria:

Servidor Responsável: Elioteneze Batista Ferreira dos Santos

Endereço: Avenida Edgard Chastinet, s/n, Bairro São Geraldo, Juazeiro-Bahia

Horário: 08:00 às 17:00hs

Tel.: (74)98802-9271

*email:* ebsantos@uneb.br

**11. Meio de acesso à íntegra do edital:**

**11.1** Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), portal *Comprasnet.BA* e <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.

**12. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:**

Site: <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>

Recebimento das propostas: das 09:00 horas do dia 06/04/2026, às 08:45 horas do dia 14/04/2026

Início da sessão pública: às 09:00 horas do dia 14/04/2026

**13. Impugnação e pedido de esclarecimento:**

**13.1** A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por petição junto ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ou por mensagem no correio eletrônico (e-mail:) [licitacao.uneb@gmail.com](mailto:licitacao.uneb@gmail.com).

**14. Disponibilização de vista dos autos:**

**14.1** O licitante deverá solicitar o acesso aos autos, o qual será concedido por meio de envio de *link* para o correio eletrônico (e-mail).

**15. Controle prévio de legalidade ou dispensa de análise jurídica individualizada**

( ) Declaro que o controle prévio do processo licitatório foi realizado pelo órgão de assessoramento jurídico, conforme o Parecer nº /20\_\_ de \_\_/\_\_/20\_\_

**Nota: quando não dispensada a manifestação jurídica.**

( x ) Declaro que a análise jurídica individualizada do processo licitatório está dispensada, nos termos do art. 19, §1º, da Lei nº 14.634/2023, conforme autorização constante do ato abaixo, tendo sido utilizadas as **minutas previamente padronizadas** e divulgadas no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado, **sem** alteração de suas cláusulas:

Portaria PGE nº: 036/24 Art.: 1º Anexo: I A IV, item: \_\_\_\_\_

Link das minutas: <https://www.ba.gov.br/pge/biblioteca-documentos/minutas-padronizadas-de-licitacoes-e-contratos-lei-no-141332021-e-lei-no> Data de download: 06/03/2026

**16. Responsável pela consolidação das informações, componentes e anexos na minuta de edital, e meio de contato:**

Servidor responsável e portaria de designação:

Robério Castro Nascimento Port. 323/24 Pub. 11/04/2024

Endereço: Avenida Edgard Chastinet, s/n, Bairro São Geraldo, Juazeiro-Bahia

Horário: 08:00 às 17:00hs

Tel.: (74) 3614-5300

*email:* rcnascimento@uneb.br

Juazeiro-Bahia, 06/03/2026



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

## RITO PROCEDIMENTAL

### **1. DIRETRIZES**

1.1 O rito procedimental da presente licitação seguirá o disposto nesta seção, relativamente à operacionalização das fases do procedimento da licitação pelo critério de julgamento adotado, na forma eletrônica.

1.1.1 Para fins deste Edital, considera-se responsável pela licitação o agente de contratação ou comissão de contratação a quem compete a condução do procedimento licitatório.

1.1.2 No caso da modalidade pregão, aplicável ao critério de julgamento por menor preço o maior desconto, o agente de contratação será designado pregoeiro.

1.2 Na presente licitação será observado o que se segue:

a) os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

b) os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional; e

c) o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação dos licitantes ou a compreensão do conteúdo de suas propostas não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

d) será disponibilizado o acesso aos documentos que compõem as propostas e os documentos de habilitação apresentados no processo licitatório.

### **2. ORDEM DAS FASES DA LICITAÇÃO**

2.1 A realização da licitação observará as seguintes fases sucessivas:

2.1.1. Quando adotado o critério menor preço ou maior desconto:

a) preparatória; b) divulgação do edital de licitação; c) apresentação de propostas e lances; d) julgamento; e) habilitação; f) recursal; e g) homologação.

2.1.2. Quando adotado o critério técnica e preço:

a) preparatória; b) divulgação do edital de licitação; c) apresentação de propostas técnica e de preço; d) julgamento; e) habilitação; f) recursal; e g) homologação.

2.2 Na hipótese de inversão de fases, desde que observados os requisitos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e que seja disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas.

### **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 O *site*, dia e hora para recebimento das propostas e início da sessão pública estão indicados no Preâmbulo deste Edital.

3.1.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

3.1.2 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

3.2 O licitante deverá credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

3.2.1 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

3.2.2 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o licitante responsável por todos os atos praticados.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, quando houver, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão disputar esta licitação:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5 O impedimento relativo a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "b" e "c" do subitem 3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8 O disposto nas alíneas "b" e "c" do subitem 3.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.10 As vedações de que trata a alínea "h" do subitem 3.4 e o subitem 3.4.1 se estendem a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme o §2º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Tratamento diferenciado e simplificado (Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021)**

3.11 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverão ser observadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Aquisição com reserva de cotas**

3.12 No caso de aquisição com reserva de cotas, serão observadas as seguintes disposições:

3.12.1 O percentual da cota reservada do quantitativo licitado está definido no TR/HABILITAÇÃO, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

3.12.2 A cota será disputada em lote apartado, do qual participarão apenas as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.12.3 A reserva da cota não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

3.12.4 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.12.5 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.12.6 Deverá ser priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

#### **4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

##### **Disposições gerais**

4.1. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as suas propostas, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública no Preâmbulo do Edital.

4.2 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão os documentos de habilitação simultaneamente com o cadastramento das propostas, na forma e no prazo estabelecidos no subitem 4.1.

4.3 No cadastramento das propostas, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes deste Edital;
- c) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema eletrônico, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- d) o cumprimento do disposto no inc. VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de suas propostas com as exigências deste Edital.

4.3.1 Ao cumprir o disposto nas alíneas "b" e "e" do subitem 4.3, o licitante automaticamente declara:

- a) a aceitação de todas as condições dos anexos deste Edital;
- b) que a proposta de preços apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inc. IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2 A declaração firmada em campo próprio do sistema eletrônico será suficiente para fazer prova da exigência nele contida, ressalvada a possibilidade de realização de diligência pelo responsável pela licitação para esclarecimentos adicionais, caso necessário.

4.3.2.1 O não atendimento, pelo licitante, de diligência a ele dirigida, será reputado desistência, implicando na sua exclusão do certame, sem prejuízo das consequências definidas na legislação.

4.3.2.2 A declaração que for comprovada falsa implicará na exclusão do licitante, sem prejuízo de apuração de responsabilidade.

4.4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5 A falsidade de qualquer declaração de que trata o item 4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e as referidas na Lei nº 14.634/2023.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e, quando for o caso, os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Na hipótese de inversão de fases, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a abertura da sessão pública.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas e dos documentos de habilitação pelo licitante.

**Acompanhamento do sistema**

4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**Parametrização do valor ou do percentual de desconto**

4.10 Quando adotado o critério menor preço ou maior desconto, serão observadas as disposições dos subitens seguintes.

4.10.1 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea "a" deste subitem.

4.10.2 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10.3 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.10.1 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA**

5.1 O licitante deverá elaborar a sua proposta em conformidade com o que dispõe o TR/Habilitação.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas nas propostas vinculam o licitante.

5.3 Nos valores resultantes da proposta estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.1 Estarão contemplados ainda todos os custos com material de consumo, fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, se relacionem com o fiel cumprimento pelo licitante das obrigações,

5.3.2 A eventual exceção à previsão deste subitem deverá constar expressamente do TR/Habilitação.

5.4 A proposta ofertada pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, inclusive no que respeita ao percentual de desconto, preço ou lance, quando for o caso, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Com a apresentação das propostas, o proponente assume o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5.1 Os licitantes devem respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes de tabela de preços referenciais.

5.5.2 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes da tabela de preços referenciais.

5.6 Somente será admitida a indicação da tributação relativa ao Simples Nacional pelos licitantes que explorem as atividades de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, de forma exclusiva ou em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação à inclusão no Simples, conforme previsto no art. 17, §1º, c/c art. 18, §5º-C,



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

inc. VI, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo observar, ainda, no que respeita ao serviço de vigilância, o disposto na Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024.

5.7 Nas licitações destinadas à contratação de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva que não sejam de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, o licitante incluído no Simples Nacional deverá formular proposta considerando a tributação comum aplicável aos serviços, sob pena de desclassificação.

5.7.1 Na hipótese do subitem 5.7, o licitante que venha a ser contratado estará sujeito à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em face do disposto no art. 31, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.2 O pedido da exclusão do Simples Nacional deverá ser feito no prazo previsto no art. 30, §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a contratada apresentar cópia do ofício encaminhado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços.

## **6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

6.1 A abertura da licitação se dará automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Preâmbulo deste Edital.

6.1.1 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública, o responsável pela licitação informará a data e horário previsto para a reabertura da sessão.

## **7. ETAPA ANTECEDENTE AO JULGAMENTO**

### **7.1 CONTEÚDO APLICÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO CRITÉRIO MENOR PREÇO E MAIOR DESCONTO**

#### **Lances**

7.1.1 Na fase competitiva será observado o que se segue:

7.1.1.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

7.1.1.2 Ressalvada a hipótese de parametrização referida no subitem 4.9, é vedado ao licitante apresentar seus lances de forma sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, ou de outros mecanismos indicativos da utilização de software lançador "robô".

7.1.1.3 Se inobservada a vedação estabelecida no subitem 7.1.1.2, o responsável pela licitação desclassificará a proposta e determinará a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.

7.1.1.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.1.1.5 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.1.1.6 Será aplicado intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta (degrau).

7.1.1.6.1 O degrau deverá ser aquele indicado no TR/Habilitação.

7.1.1.7 Caso o sistema eletrônico disponibilize essa funcionalidade, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.1.1.8 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.1.1.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.1.1.10 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.1.1.11 Caso, durante a desconexão do sistema eletrônico para o responsável pela licitação, ocorra o encerramento da disputa, o responsável pela licitação dará prosseguimento aos atos do certame somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação deste Edital.

7.1.1.12 Caso não sejam apresentados lances pelos licitantes, o julgamento será feito com a proposta inicial.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Fluxo do procedimento segundo o modo de disputa**

7.1.2 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.1.2.1 No **modo de disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.1.2.1.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.1.2.1.2 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 7.1.2.1.1 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.1.2.1.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

7.1.2.1.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.1.2.1.5 Após o reinício previsto no subitem 7.1.2.1.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.1.2.2 No **modo de disputa "aberto e fechado"** os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.1.2.2.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.1.2.2.2 Encerrado o prazo previsto no subitem 7.1.2.2.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.1.2.2.3 No procedimento de que trata o subitem 7.1.2.2.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.1.2.2.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, o sistema possibilitará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.1.2.2.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

7.1.2.3 No **modo de disputa "fechado e aberto"** somente serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou de maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

7.1.2.3.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 7.1.2.3 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.1.2.3.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.1.2.3.3 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 7.1.2.3.2 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.1.2.3.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

7.1.2.3.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.1.2.3.6 Após o reinício previsto no subitem 7.1.2.3.5, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

### **Situações de empate**

7.1.3 Em caso de empate, será observado o que se segue:

7.1.3.1 Ocorrendo **empate real**, será observado o procedimento a seguir definido.

7.1.3.1.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.1.3.1.2 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o art. 4º, §§1º a 3º, do Decreto nº 22.665/2024;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.1.3.1.2.1 A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade e de programa de integridade a que se referem as alíneas "c" e "d" deste subitem será feita por declaração do interessado, acompanhada da relação das ações desenvolvidas, mediante diligência do responsável pela licitação.

7.1.3.1.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.1.3.1.4 Se, após observados os subitens 7.1.3.1.2 e 7.1.3.1.3, não houver desempate, será realizado sorteio entre os licitantes, vedando-se qualquer outro critério.

7.1.3.2 Tratando-se de **empate ficto** em relação aos itens de ampla participação:

7.1.3.2.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.3.2.2 Nas condições do subitem 7.1.3.2.1, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), tratando-se de pregão eletrônico, ou de até 10% (dez por cento), tratando-se de concorrência eletrônica, relativamente à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada (empate ficto).

7.1.3.2.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem 7.1.3.2.2, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados da comunicação automática.

7.1.3.2.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.

7.1.3.2.5 No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.1.3.2.6 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial.

7.1.3.3 A realização de **sorteio**, nas hipóteses previstas neste Edital, será realizada em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, e do qual será lavrada ata específica.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.1.3.3.1 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a realização do sorteio por meio do sistema eletrônico, deverá ser designada a realização de ato público presencial, assegurado o acompanhamento e a manifestação por videoconferência ou outro meio idôneo.

7.1.3.3.2 Na hipótese do subitem 7.1.3.3.1, o responsável pela licitação deverá juntar aos autos do processo licitatório no Sistema Eletrônico de Informações – SEI a gravação da sessão pública em áudio e vídeo, nos termos dos §§2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.3.3.3 O link da gravação, para fins de disponibilização aos interessados, constará de despacho do responsável pela licitação.

#### **Chat para troca de mensagens**

7.1.4 Ao final da disputa de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o responsável pela licitação e os licitantes.

#### **Verificação do atendimento às condições de participação**

7.1.5 Será procedida à verificação do atendimento às condições de participação, nos termos seguintes:

7.1.5.1 O responsável pela licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Rito Procedimental deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

c) Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia - CAF, mantido pelo Órgão Central do Sistema de Registro Cadastral do Poder Executivo do Estado da Bahia.

7.1.5.2 A consulta aos cadastros poderá ser estendida aos administradores e sócios com poderes de administração da licitante, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 57 da Lei nº 14.634/2023.

7.1.5.3 Constatada a existência de sanção condenatória restritiva de direito transitada em julgado, nos termos dos arts. 43 e 44 do Decreto nº 23.113/2024, o licitante será excluído da licitação, hipótese em que o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, na forma do rito estabelecido neste edital.

7.1.5.3.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.

7.1.5.3.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

7.1.5.4 O não atendimento das condições de participação importará na exclusão do licitante.

7.1.5.4.1 Na hipótese de exclusão do licitante, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, na forma deste edital, e assim, sucessivamente, até a identificação de licitante que atenda às condições de participação.

#### **Readequação da proposta e solicitação de documentos**

7.1.6 Por meio do *chat*, o responsável pela licitação solicitará do licitante mais bem classificado, conforme o caso: o envio da proposta readequada ao último lance ofertado; a declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contratos, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta.

7.1.6.1 O responsável pela licitação concederá o prazo de 3 (três) horas para envio dos documentos referidos neste subitem.

7.1.6.2 O prazo definido no subitem 7.1.6.1 poderá ser prorrogado por solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de sua conclusão.

7.1.6.3 Em casos justificados, constada a complexidade da proposta, o responsável pela licitação poderá fixar prazo diverso do definido no subitem 7.1.6.1, desde que não superior a 01 (um) dia útil.

7.1.6.4 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.1.6.5 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante mais bem classificado deverá apresentar, por meio eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo que integra o TR/Habilitação, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores readequados ao valor final da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, na forma disciplinada no TR/Habilitação.

7.1.6.6 A declaração, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser firmada, preferencialmente, de acordo com o modelo do formulário integrante deste Edital.

7.1.6.7 Os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta listados no TR/Habilitação compreenderão, dentre outros, os catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da *internet*.

7.1.6.8 O não envio de qualquer dos documentos por meio do *chat* no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

## **7.2 CONTEÚDO APLICÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO CRITÉRIO TÉCNICA E PREÇO**

### **Modo de disputa**

7.2.1 O procedimento adotará o modo de disputa fechado, sendo vedada a apresentação de lances.

### **Chat para troca de mensagens**

7.2.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o responsável pela licitação e os licitantes.

### **Verificação do atendimento às condições de participação**

7.2.3 Será procedida à verificação do atendimento às condições de participação, nos termos seguintes:

7.2.3.1 O responsável pela licitação verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Rito Procedimental deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

c) Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia - CAF, mantido pelo Órgão Central do Sistema de Registro Cadastral do Poder Executivo do Estado da Bahia.

7.2.3.2 A consulta aos cadastros poderá ser estendida aos administradores e sócios com poderes de administração da licitante, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 57 da Lei nº 14.634/2023.

7.2.3.3 Constatada a existência de sanção condenatória restritiva de direito transitada em julgado, nos termos dos arts. 43 e 44 do Decreto nº 23.113/2024, o licitante será excluído da licitação, hipótese em que o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, procedendo na forma do item 6 e seus subitens.

7.2.3.3.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.

7.2.3.3.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

7.2.3.4 O não atendimento das condições de participação importará na exclusão do licitante.

## **8. FASE DE JULGAMENTO**

### **8.1 CONTEÚDO APLICÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO CRITÉRIO MENOR PREÇO E MAIOR DESCONTO**

#### **Adequação da proposta**

8.1.1 O responsável pela licitação examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço ou do desconto e quanto ao atendimento das especificações exigidas.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.1.1.1 Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no TR/Habilitação;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou seus anexos, desde que insanável.

**Avaliação da compatibilidade do preço**

8.1.2 O responsável pela licitação aferirá a compatibilidade da proposta em relação ao máximo estipulado para contratação e quanto à sua exequibilidade.

8.1.2.1 Na hipótese de o preço do licitante mais bem classificado superar o limite máximo definido pela Administração, o responsável pela licitação poderá negociar a adequação da proposta, a fim de evitar a desclassificação.

8.1.2.1.1 O procedimento de negociação observará o disposto no item 9.

8.1.2.1.2 Quando a proposta do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, deverá ser oportunizada aos demais licitantes a possibilidade de negociação, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

8.1.2.2 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, além das disposições eventualmente constantes do TR/Habilitação, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global definidos no TR/Habilitação, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §5º).

8.1.2.3 Se houver indício de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos, caberá a realização de diligência, a fim de oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade da proposta.

8.1.2.4 Não poderá ser considerada exequível a proposta quando os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta ou não forem demonstrados custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

**Aferição do atendimento às especificações exigidas**

8.1.3 Quanto à aferição do atendimento às especificações exigidas, será observado o que se segue:

8.1.3.1 O responsável pela licitação procederá à análise da proposta do licitante mais bem classificado quanto ao atendimento das especificações do objeto, sendo-lhe facultado colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada.

8.1.3.2 Caso previsto no TR/Habilitação, a análise a que se refere o subitem 8.1.3.1 será realizada em procedimento de exame de adequação do objeto, relativamente ao licitante mais bem classificado, compreendendo a apresentação de amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta, observado o que se segue:

8.1.3.2.1 Será divulgado o local e horário de realização do procedimento de exame de adequação do objeto, o qual deverá ser atendido pelo licitante, sob pena de preclusão.

8.1.3.2.2 A divulgação será feita por mensagem no sistema eletrônico, no sítio eletrônico oficial ou por outro meio idôneo, com a antecedência necessária para a sua realização.

8.1.3.2.3 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a permissão à participação presencial dos interessados na realização do exame de adequação do objeto, deverá ser assegurado o acompanhamento e a manifestação no ato, por videoconferência ou outro meio idôneo.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.1.3.2.4 A recusa do licitante à realização do exame de adequação do objeto ou atraso, sem justificativa aceita pelo responsável pela licitação, de entrega da amostra, realização do exame de conformidade, de prova de conceito ou de outros testes exigidos será considerada desistência do certame, ensejando a aplicação das penalidades pertinentes.

8.1.3.2.5 O objeto será considerado inadequado, quando verificado o não atendimento das especificações previstas neste Edital.

8.1.3.2.6 Os resultados das avaliações serão divulgados pelos meios previstos no subitem 8.1.3.2.2.

8.1.3.2.7 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

#### **Documentos complementares à proposta de preço**

8.1.4 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta **de preço**, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto nº 22.888/2024).

8.1.4.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto nº 22.888/2024).

8.1.4.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.

8.1.4.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

#### **Sanatória da proposta**

8.1.5 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto nº 22.888/2024).

#### **Providências ulteriores**

8.1.6 No caso de desclassificação, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, de acordo com a disciplina estabelecida no rito estabelecido neste edital, procedendo a nova verificação da ocorrência do empate ficto, se for o caso, de acordo com a disciplina estabelecida, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

8.1.7 Não sendo possível o julgamento da proposta na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, para a qual serão convocados os licitantes.

8.1.8 A fase de julgamento será encerrada com a identificação do licitante classificado detentor da melhor proposta.

### **8. FASE DE JULGAMENTO**

#### **8.2 CONTEÚDO APLICÁVEL EXCLUSIVAMENTE AO CRITÉRIO TÉCNICA E PREÇO**

##### **Adequação das propostas**

8.2.1 O responsável pela licitação examinará as propostas técnicas e de preço de todos os licitantes, de acordo com os requisitos e especificações exigidas.

8.2.1.1 Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no TR/Habilitação;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou seus anexos, desde que insanável.

##### **Avaliação das propostas técnicas**

8.2.2 A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas técnicas, observadas as regras e as condições previstas na Seção Específica do TR/Habilitação para Técnica e Preço.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.2.2.1 A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

8.2.2.2 No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com os critérios definidos no TR/Habilitação.

**Documentos complementares à proposta técnica**

8.2.3 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta técnica, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto nº 22.888/2024).

8.2.3.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto nº 22.888/2024).

8.2.3.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.

8.2.3.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

**Sanatória da proposta**

8.2.4 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto nº 22.888/2024).

**Avaliação da proposta de preço**

8.2.5 Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o responsável pela licitação realizará a verificação da **conformidade das propostas de preço**.

8.2.5.1 O responsável pela licitação aferirá a compatibilidade das propostas de preço em relação ao máximo estipulado para contratação e quanto à sua exequibilidade.

8.2.5.2 Na hipótese de o preço do licitante superar o limite máximo definido pela Administração, o responsável pela licitação poderá negociar a adequação da proposta, a fim de evitar a desclassificação.

8.2.5.2.1 O procedimento de negociação observará o disposto no item 9.

8.2.5.2.2 Será desclassificada a proposta de preço quando, mesmo após a negociação, permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.2.5.3 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, além das disposições eventualmente constantes do TR/Habilitação, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global definidos no TR/Habilitação, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b) serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §5º).

8.2.5.3 Se houver indício de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos, caberá a realização de diligência, a fim de oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade da proposta.

8.2.5.4 Não poderá ser considerada exequível a proposta quando os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta ou não forem demonstrados custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

8.2.5.5 O **TR/Habilitação** poderá prever a fixação de **Nota da Proposta de Preço (NP)**, consistente na ponderação entre o valor global proposta pelo licitante classificado e o menor valor global proposto entre os licitantes classificados, de acordo com o parâmetro matemático nele estabelecido.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.2.5.5.1 A atribuição da NP terá por objetivo, exclusivamente, a ponderação do preço do licitante em relação aos seus concorrentes, para efeito do cálculo da pontuação final, não modificando o preço que foi ofertado.

#### **Pontuação final dos licitantes**

8.2.6 Será procedida à ordenação e divulgação das notas ponderadas das propostas técnica e de preço.

8.2.6.1 A classificação dos proponentes será efetuada pela ordem decrescente das médias ponderadas das pontuações alcançadas, conforme os critérios estabelecidos no TR/Habilitação.

8.2.6.2 Tratando-se o licitante mais bem classificado de ME ou EPP, o responsável pela licitação, por meio do *chat*, solicitará a declaração de limitação de celebração de contratos, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.6.2.1 A declaração, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser firmada, preferencialmente, de acordo com o modelo do formulário integrante deste Edital.

#### **Situações de empate**

8.2.7 Em caso de empate, será observado o que se segue:

8.2.7.1 Ocorrendo **empate real**, será observado o procedimento a seguir definido.

8.2.7.1.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais.

8.2.7.1.2 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o art. 4º, §§1º a 3º, do Decreto nº 22.665/2024;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.2.7.1.2.1 A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade e de programa de integridade a que se referem as alíneas "c" e "d" deste subitem será feita por declaração do interessado, acompanhada da relação das ações desenvolvidas, mediante diligência do responsável pela licitação.

8.2.7.1.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.2.7.1.4 Se, após observados os subitens 8.2.7.1.2 e 8.2.7.1.3, não houver desempate, será realizado sorteio entre os licitantes, vedando-se qualquer outro critério.

8.2.7.2 Tratando-se de **empate ficto** em relação aos itens de ampla participação:

8.2.7.2.1 Será procedida à identificação das microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.7.2.2 Nas condições do subitem 8.2.7.2.1, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo percentual de até 10% (dez por cento), relativamente à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada (empate ficto).

8.2.7.2.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem 8.2.7.2.2, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados da comunicação automática.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.2.7.2.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.

8.2.7.2.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.2.7.2.6 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial.

8.2.7.1 A realização de **sorteio**, nas hipóteses previstas neste Edital, será realizada em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, e do qual será lavrada ata específica.

8.2.7.1.1 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a realização do sorteio por meio do sistema eletrônico, deverá ser designada a realização de ato público presencial, assegurado o acompanhamento e a manifestação por videoconferência ou outro meio idôneo.

8.2.7.1.2 Na hipótese do subitem 8.2.7.1.1, o responsável pela licitação deverá juntar aos autos do processo licitatório no Sistema Eletrônico de Informações – SEI a gravação da sessão pública em áudio e vídeo, nos termos dos §§2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2.7.1.3 O link da gravação, para fins de disponibilização aos interessados, constará de despacho do responsável pela licitação.

#### **Aferição do atendimento às especificações exigidas**

8.2.8 Quanto à aferição do atendimento às especificações exigidas, será observado o que se segue:

8.2.8.1 O responsável pela licitação procederá à análise da proposta do licitante mais bem classificado quanto ao atendimento das especificações do objeto, sendo-lhe facultado colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada.

8.2.8.2 Caso previsto no TR/Habilitação, a análise a que se refere o subitem 8.2.8.1 será realizada em procedimento de exame de adequação do objeto, relativamente ao licitante mais bem classificado, compreendendo a apresentação de amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta, observado o que se segue:

8.2.8.2.1 Será divulgado o local e horário de realização do procedimento de exame de adequação do objeto, o qual deverá ser atendido pelo licitante, sob pena de preclusão.

8.2.8.2.2 A divulgação será feita por mensagem no sistema eletrônico, no sítio eletrônico oficial ou por outro meio idôneo, com a antecedência necessária para a sua realização.

8.2.8.2.3 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a permissão à participação presencial dos interessados na realização do exame de adequação do objeto, deverá ser assegurado o acompanhamento e a manifestação no ato, por videoconferência ou outro meio idôneo.

8.2.8.2.4 A recusa do licitante à realização do exame de adequação do objeto ou atraso, sem justificativa aceita pelo responsável pela licitação, de entrega da amostra, realização do exame de conformidade, de prova de conceito ou de outros testes exigidos será considerada desistência do certame, ensejando a aplicação das penalidades pertinentes.

8.2.8.2.5 O objeto será considerado inadequado, quando verificado o não atendimento das especificações previstas neste Edital.

8.2.8.2.6 Os resultados das avaliações serão divulgados pelos meios previstos no subitem 8.2.8.2.2.

8.2.8.2.7 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

#### **Documentos complementares à proposta de preço**

8.2.9 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta **de preço**, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto nº 22.888/2024).

8.2.9.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto nº 22.888/2024).

8.2.9.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.2.9.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

#### **Sanatória da proposta**

8.2.10 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto nº 22.888/2024).

#### **Providências ulteriores**

8.2.11 A fase de julgamento será encerrada com a identificação do licitante classificado detentor da melhor proposta.

### **9. NEGOCIAÇÃO**

9.1. Definido o resultado do julgamento, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado detentor da melhor proposta.

9.1.1 A negociação será conduzida pelo responsável pela licitação por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.1.2 O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.1.3 Concluída a negociação, o responsável pela licitação solicitará o envio da proposta readequada, observado o disposto no subitem 7.

### **10. FASE DE HABILITAÇÃO**

#### **Documentos de habilitação**

10.1 Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme definido no TR/Habilitação, dividindo-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral do Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia (CAF) quanto aos documentos por ele abrangidos, observado o disposto neste Edital.

10.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação observarão os termos da Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

10.1.3 Na forma do art. 63, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante responderá pela veracidade das declarações a que se refere o subitem 4.3.

10.1.4 Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

#### **Microempresas e empresas de pequeno porte**

10.2 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.1 O responsável pela licitação procederá à verificação se a microempresa ou empresa de pequeno porte faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com os termos definidos neste Edital.

#### **Empresas estrangeiras**

10.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, será observado o que segue:

10.3.1 As exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes inicialmente apresentados com tradução livre;

10.3.2 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os demais documentos de habilitação;



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

10.3.3 Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata este artigo serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

#### **Consórcio de empresas**

10.4 Salvo vedação devidamente justificada no TR/Habilitação, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observado o disposto no art. 15 e nos §§10 e 11 do art. 67, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.1 Quando houver a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, se exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

#### **Processamento da habilitação**

10.5 Serão exigidos os documentos de habilitação apenas do licitante classificado detentor da melhor proposta, exceto na inversão de fases (art. 63, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5.1 Quando houver inversão de fases, a exigência dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.5.2 Excetuam-se da previsão deste subitem os documentos relativos à regularidade fiscal, os quais serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e somente do licitante classificado detentor da melhor proposta (art. 63, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 Os documentos de habilitação serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por prazo não superior a 01 (um) dia útil, contado da solicitação do responsável pela licitação (art. 63, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6.1 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.6.2 Em caso de falhas técnicas ou operacionais que inviabilizem o envio de documentação de que trata este subitem 10.6, será admitido o envio correspondente para o correio eletrônico (e-mail) indicado no Preâmbulo deste Edital, devendo o responsável pela licitação informar no *chat* do sistema eletrônico a data e o horário do seu recebimento, disponibilizando o seu conteúdo, em seguida, para os demais licitantes.

10.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do CAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, exceto quanto aos documentos de qualificação técnica.

10.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CAF, ou que dele constem como vencidos, ou que não possam ser substituídos pelo certificado, deverão ser apresentados pelo licitante, na forma prevista neste Edital.

10.7.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.8 Nas licitações restritas a fornecedores cadastrados, a habilitação será verificada por meio do CAF, observado o disposto no subitem 10.6 (art. 87, §§3º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo solicitar a modificação dos registros em caso de incorreção.

10.10 A verificação, pelo responsável pela licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1 Desde que solicitado de forma expressa pelo licitante interessado, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, inclusive no que respeita à adequação da habilitação econômico-financeira e da qualificação técnica, a documentação de habilitação enviada para determinado lote poderá ser utilizada para fins de avaliação da habilitação em outro lote no qual o licitante tenha sido o melhor classificado.

#### **Documentos complementares à habilitação**

10.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

10.11.1 Os documentos serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação, observado o disposto no subitem 10.5.

10.11.2 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado será considerada desistência, implicando na inabilitação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

### **Sanatória**

10.12 Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.12.1 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **Comprovação dos requisitos de habilitação diferidos**

10.13 O responsável pela licitação definirá o prazo para a apresentação dos requisitos de habilitação cuja exigência tenha sido diferida.

10.13.1 A não apresentação da documentação no prazo definido, implicará inabilitação do licitante e sujeição às sanções administrativas pertinentes.

10.14 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja participação tenha sido realizada com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

10.14.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação e inabilitação do licitante, além da sujeição às sanções administrativas pertinentes, na forma do disposto no §2º do art. 53 da Lei Complementar nº 123/06.

### **Inabilitação**

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o responsável pela licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos e especificações, procedendo, inclusive, a nova verificação da ocorrência do empate ficto, na forma prevista neste Edital.

### **Encerramento da fase de Habilitação**

10.16 Não sendo possível o julgamento da habilitação na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, observado o prazo mínimo de 24h (vinte e quatro horas), para a declaração do licitante provisoriamente vencedor, para a qual ficarão convocados os licitantes.

10.17 Exceto na inversão de fases, encerrada a fase de habilitação, será declarado o licitante provisoriamente vencedor, ato do qual ficarão automaticamente intimados os licitantes.

## **11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados na forma eletrônica.

11.2 O responsável pela licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos seus anexos.

11.2.1 O responsável pela licitação poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos do órgão ou entidade contratante, a fim de subsidiar as decisões de caráter técnico, conforme o §3º do art. 8º do Decreto nº 22.885/2024



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

e a oitava, quando necessário, dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, nos termos do art. 32 do Decreto nº 22.885/2024.

11.3 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo responsável pela licitação nos autos do processo de licitação.

11.4 Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, devendo ser observado o disposto no subitem 17.12

11.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no endereço eletrônico [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) e no <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

## **12. FASE RECURSAL**

12.1 A fase recursal obedecerá à disciplina estabelecida neste Edital, observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, cabem:

12.2.1 Recurso:

a) em fase única, em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação;

b) em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.2.2 Pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.3 O recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação observará as seguintes disposições:

12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 15 (quinze) minutos, sob pena de preclusão, após a declaração do licitante provisoriamente vencedor pelo responsável pela licitação.

12.3.1.1 A manifestação da intenção de recorrer será única, abrangendo as matérias concernentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inabilitação.

12.3.2 Manifestada a intenção de recorrer, as razões de recurso deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação da declaração do licitante provisoriamente vencedor.

12.3.3 O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso, a qual será feita por comunicação no *chat*.

12.3.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, para juízo de retratação.

12.3.4.1 Se a autoridade não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

12.3.5 A autoridade superior deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.3.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.3.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.3.8 O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br).

12.4 Aplica-se o disposto no subitem 12.3, no que couber, ao recurso em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.5 O pedido de reconsideração será apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, observado o inc. II do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.6.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

12.7 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## **13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.1.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.1.4 Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente do ato de anulação e revogação, poderá ser diferida a manifestação dos interessados, com fundamento no art. 183 da Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, justificadamente.

13.2 A homologação da licitação não implicará direito à contratação.

## **14. CONTRATAÇÃO**

### **Convocação para assinatura**

14.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, o instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, conforme o caso, no prazo estabelecido no TR/Habilitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

14.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.1.2 A contratação obedecerá as estipulações constantes da minuta de contrato integrante do edital da licitação, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

14.1.3 Na hipótese de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, neste serão consideradas literalmente transcritas todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante deste Edital.

14.1.4 O termo de contrato, a AFM ou, a APS, conforme o caso, deve ser assinado pelo representante legal do licitante ou mandatário com poderes expressos.

14.1.5 A assinatura se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que o licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico [www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br](http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br) ou através do link disponibilizado [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br).

14.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.2 a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, mas não superior ao preço ofertado pelo próprio licitante remanescente;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A negociação a que se refere a alínea "a" do subitem 14.4 deste artigo deverá ser oportunizada aos licitantes remanescentes, assegurada a preferência, em caso de empate, ao licitante mais bem classificado.

### **Recusa**

14.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo estabelecido pela Administração, dentro do prazo de validade da proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotor da licitação (art. 90, §5º, c/c art. 155, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

14.7 Equipara-se à recusa prevista no subitem 14.6 a circunstância de o adjudicatário deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de celebrar o contrato.

14.8 A multa compensatória para a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou praticar condutas a elas equiparadas, corresponderá, salvo previsão diversa, ao mesmo percentual definido para o descumprimento total da obrigação principal, e incidirá sobre o valor global do contrato (art. 8º, §§1º e 4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.8.1 Nas hipóteses em que não houver valor contratado, a sanção de multa terá como base o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação (art. 7º, §1º, c/c art. 8º, §4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.9 A regra do subitem 14.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do subitem 14.4, **exceto** se estes passarem à condição de licitante adjudicatário (art. 48, §8º, do Decreto nº 22.888/2024).

### **15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

15.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Edital as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 47 da Lei nº 14.634/2023).

15.2 Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas referidas na Lei nº 14.634/2023, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

### **16. DISPOSIÇÕES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1 Tratando-se de licitação destinada ao Sistema de Registro de Preços, serão observados, ainda, os acréscimos da **Seção do Sistema do Registro de Preços – SRP**, os quais prevalecerão em caso de conflito.

### **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

17.2 Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso da licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e prática de atos processuais.

17.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, os princípios elencados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será responsável por quaisquer custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital observar-se-á o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.6 Os atos de comunicação processual da Administração com os licitantes serão realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209/2011 e no Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

17.6.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

17.7 A autoridade competente poderá, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira para a execução do contrato, assegurada a manifestação do interessado (art. 66 da Lei nº 14.634/2023).

17.8 Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

17.9 Os casos omissos serão dirimidos pelo Órgão/Entidade indicados no Preâmbulo deste Edital, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023, e demais normas aplicáveis.

### **18. FORO**

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**FORMULÁRIO DE DOCUMENTOS**

1. Modelo de procuração
2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021)

**MODELO DE PROCURAÇÃO**

Modalidade de Licitação	Número
<b>PREGÃO ELETRONICO</b>	<b>001/2026</b>

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) .....,  
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela .....,  
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua  
....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar  
todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ESTADO DA BAHIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021  
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

**MODELO DE DECLARAÇÃO POR ME E EPP DE LIMITAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO**

(ART. 4º, §2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
<b>PREGÃO ELETRONICO</b>	<b>001/2026</b>

**[Identificação completa do representante do licitante]**, como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante]**, doravante denominado Licitante, para fins de participação na licitação/contratação direta acima identificada, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, não ter celebrado, no ano calendário da realização da licitação/contratação direta, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do §2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
AUTORIZAÇÃO: DECRETO 92937/86, DOU 18/07/86 - RECONHECIMENTO: PORTARIA 909/95, DOU 01/08/95  
PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA - PROINFRA

**TERMO DE REFERÊNCIA E HABILITAÇÃO (TR/HABILITAÇÃO)**

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATAÇÃO DELEGADA  
 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO  
 CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 074.7879.2025.0063025-64)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Objeto:

(X) Obra ou serviço de engenharia: **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III, E DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – DTCS III / JUAZEIRO / BAHIA.**

1.1.1 As especificações do objeto obedecerão às condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação), observado o disposto na tabela abaixo.

Participação [ampla/exclusiva]	Lote/Item	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	Cronograma/Prazo
Ampla	única	07.29.11.00084179-0	REFORMA PREDIAL, na Universidade do Estado da Bahia	Vide Planilha Anexa ao TR Bahia	Vide Planilha Anexa ao TR	12 meses

1.1.2 As especificações do objeto constam:

da descrição abaixo: (.....)  
 do anexo integrante deste TR/Habilitação



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

1.1.2.1 As características descritas pelas licitantes devem guardar compatibilidade com as especificações exigidas neste TR, devendo o produto ou componente ofertado ser claramente descrito de forma visual e/ou escrita.

1.1.2.1.1 As descrições e/ou materiais informativos utilizados nas especificações dos produtos cotados, se forem vertidos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

( X ) 1.1.2.1.2 As características devem ser comprovadas através de:

- (x) documentos de domínio público emitidos pelo fabricante
- (x) catálogos
- (x) manuais
- ( ) fichas de especificação técnica ( )
- páginas da internet

1.1.2.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e sua regulamentação: **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III, E DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – DTCS III / JUAZEIRO / BAHIA**

1.1.2.1 Na contratação de que trata este TR/Habilitação não será exigida da contratada a realização de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1.2 O prazo de vigência do Contrato é de **12 meses a contar da data da ( X ) assinatura do Contrato ( ) subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM ( ) subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, observado o artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.1 O prazo de execução do objeto, a contar da **data da expedição da Ordem de Serviço**, será de 12 (doze) (x) meses ( ) dias, observado o limite referido no subitem 1.2.

1.3 O Contrato apresenta maior detalhamento das regras que serão aplicadas ao prazo de vigência.

1.4 Será reservada a cota de ( ) [ $\leq 25\%$ ] do quantitativo licitado, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação, da caracterização do objeto e de seus quantitativos está especificada:

- ( x ) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar
- ( ) na descrição a seguir.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A descrição da solução como um todo está especificada:  
( X ) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar ( )  
na descrição a seguir: (...)

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Devem ser atendidos os seguintes critérios de sustentabilidade, conforme justificativa apresentada pelo gestor competente no processo administrativo de que trata este TR/Habilitação.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 A Administração não indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

4.3 Exame de adequação do objeto (amostras, exame de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta)

4.3.1 Não será exigido(a) exame de adequação do objeto.

4.3.2 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.4 Vistoria

4.4.1 Não será exigida a realização de vistoria prévia.

4.4.1.1 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.1.3 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação e da sua opção por não realizar vistoria (art. 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.4.1.3.1 Caso a atividade não esteja submetida à fiscalização de conselho profissional, a declaração formal deverá ser assinada pelo responsável legal do licitante ou por pessoa por ele indicada, que possua condições técnicas de se responsabilizar pela execução do objeto que será contratado.

4.4.1.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.5 Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

4.6 Garantia

**4.6.1 Garantia de proposta**

4.6.1.1 Não haverá exigência da garantia de proposta de que trata o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6.1.1.2 A **garantia de proposta** deverá ter **validade mínima de 30 (trinta) dias**, contados da data da apresentação da proposta, cabendo ao licitante, a partir da solicitação motivada da Administração, comprovar a sua renovação, até 10 (dez) dias úteis antes do vencimento do seu prazo inicial, **por período adicional de até 30 (trinta) dias**, caso tenha interesse em permanecer na licitação.

4.6.1.1.4 Se o licitante aceitar prorrogar a validade da proposta, mas não comprovar a renovação da garantia de proposta no prazo fixado no subitem 4.6.1.1.2, será intimado pela Administração para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da intimação, sob pena de exclusão da licitação e sujeição às sanções administrativas correspondentes, após a instauração de processo administrativo sancionatório.

4.6.1.1.5 Decorridos o prazo de validade da proposta sem que o licitante aceite prorrogá-lo, fica o licitante liberado dos compromissos assumidos.

4.6.1.1.6 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do Contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação ou da publicação do ato que revogar ou anular o certame.

4.6.1.1.7 A garantia de proposta será executada em sua integralidade, em caso de recusa em assinar o Contrato ou da não apresentação dos documentos para a contratação.

4.6.1.1.8 A garantia de proposta poderá converter-se em garantia da contratação, devendo ser complementada, quando necessário.

4.6.1.1.9 As formalidades pertinentes a cada modalidade de garantia de proposta estão dispostas no item referente à garantia da contratação.

4.6.2 Garantia da contratação

4.6.2.1 Será exigida a garantia da contratação prevista nos art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no **percentual de 5,0 % (cinco por cento) do valor inicial** do Contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades indicadas no referido art. 96, §1º.

4.6.2.1.1 A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.

4.6.2.1.2 Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1º, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.2.1.3 Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.6.2.1.4 Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no **prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, após** ( ) autorização da contratação direta ( ) assinatura do Contrato.

4.6.2.1.5 Na hipótese de garantia na modalidade seguro garantia:

a) deverá ser prestada em **até 30 (trinta) dias**, contados da data da homologação da licitação e anteriormente à assinatura do Contrato (art. 96, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b) tratando-se de contratação direta, ou na hipótese de contratação oriunda do SRP, a garantia deverá ser prestada anteriormente à assinatura do Contrato.

c) a apólice vigorará **por \_\_\_\_\_ ( ) dias** após o término da vigência do Contrato e continuará em



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia (art. 97, incs. I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

d) a apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

e) será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.2.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

f) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia.

4.6.2.1.5.1 Optando-se por incluir **cláusula de retomada**, o seguro-garantia deverá prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pela contratada, assumir a execução e concluir o objeto do Contrato, observado o disposto no art. 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, hipótese em que:

4.6.2.1.5.1.1 A seguradora deverá firmar o Contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente, e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o Contrato principal;
- b) acompanhar a execução do Contrato principal;
- c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

4.6.2.1.5.1.2 A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para conclusão do Contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

4.6.2.1.5.1.3 A seguradora poderá subcontratar a conclusão do Contrato principal, total ou parcialmente.

4.6.2.1.5.1.4 Na hipótese de inadimplemento da contratada, serão observadas as seguintes disposições:

- a) caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato principal, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;
- b) caso a seguradora não assuma a execução do Contrato principal, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

4.6.2.1.6 No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

4.6.2.1.7 Caso utilizada outra modalidade de garantia diversa do seguro garantia, a sua liberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do Contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.6.2.1.8 Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.

4.6.2.1.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.

4.6.2.1.10 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.

4.6.2.1.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.

4.6.2.1.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.6.2.1.13 O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser intimado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.2.1.14 A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do Contrato, com a demonstração de cumprimento, pela contratada, das obrigações pactuadas.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

4.6.2.1.15 O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.6.2.1.16 A contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR/Habilitação.

4.6.2.1.17 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §6º da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.7 Participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio

(x) Sim

( ) Não, conforme justificativa constante do processo administrativo de que trata este TR/Habilitação, **doc. SEI** \_\_\_\_\_ (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021).

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Regime de execução

5.1.1 O regime de execução será:

( x ) empreitada por preço unitário

( ) empreitada por preço global

( ) empreitada integral

( ) contratação por tarefa

( ) contratação integrada

( ) contratação semi-integrada.

5.2 Condições de execução

5.2.1 A execução do objeto se dará da seguinte forma:

5.2.1.1 Início da execução do objeto: imediato, a **contar da data (x) da assinatura do Contrato**, ( ) da subscrição da **Autorização de Prestação de Serviços – APS** ( ) **Ordem de Serviço – OS**.

5.2.1.2 Cronograma de realização do objeto: Fornecido pela empresa vencedora.

5.3 Local da execução

5.3.1 As especificações do endereço para execução do objeto constam:

( ) do anexo integrante deste TR/Habilitação



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

( X ) da descrição abaixo:

**PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH, E DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – DTCS / CAMPUS III / JUAZEIRO / BAHIA.**

5.4 Materiais a serem disponibilizados

5.4.1 Para a perfeita execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes e adequadas.

5.5 Especificação da garantia técnica e pela solidez e segurança

5.5.1 Incidem na contratação as garantias do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), do art. 618 do Código Civil (CC) e do art. 140, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5.2 O prazo legal de garantia técnica será de **30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e, quando houver, de produtos não duráveis, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e, quando houver, de produtos duráveis, contado da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços (art. 26, incs. I e II, e §1º, do CDC).

5.6 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6.1 As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste TR/Habilitação.

5.6.2 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da efetiva realização da sessão pública.

5.6.2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.

5.6.3 O licitante deverá apresentar a sua proposta e declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste TR/Habilitação.

5.6.4 O licitante está obrigado a destinar parcela do quantitativo de trabalhadores necessários para a execução do objeto de que trata este TR/Habilitação aos beneficiários do Programa de Inserção de Apenados e Egressos no Mercado de Trabalho (PRO-TRABALHO), instituído pelo Decreto nº 14.764, de 03 de outubro de 2013, quando a quantidade de trabalhadores necessários para a execução do Contrato que será firmado entre a Administração e o licitante vencedor seja igual ou superior a 06 (seis), observadas as demais previsões do mencionado Decreto.

5.6.4.1 Caso a quantidade de trabalhadores necessária para a execução do Contrato administrativo seja igual ou inferior a 05 (cinco), será facultativa a destinação de parcela dos trabalhadores aos beneficiários do PRO-TRABALHO.

5.6.4.2 Será destacado na fatura mensal o quantitativo de trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO, acompanhados dos valores pertinentes, conforme as cláusulas e condições indicadas nos subitens seguintes.

5.6.4.3 A aferição do quantitativo de trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO que deverá ser destinado pela contratada para a execução do Contrato será realizada mensalmente a partir do documento utilizado para emissão das guias de recolhimento das contribuições de assistência e previdência social e de FGTS correspondente aos trabalhadores que não se encontram nessa condição.

5.6.4.3.1 Na aferição de que trata o subitem 5.6.4.3 deverão ser excluídos os próprios trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO, qualquer que seja a sua condição de segurado da previdência social.

5.6.4.4 Ao formular sua proposta e participar do certame, o licitante declara sua concordância em destinar parcela de quantitativo de trabalhadores necessários para a execução do objeto de que trata este TR/Habilitação aos beneficiários do PRO-TRABALHO.

5.6.4.5 As vagas a serem disponibilizadas aos beneficiários do PRO-TRABALHO serão definidas conforme a Instrução Normativa SEAP/SETRE/SAEB nº 001/2018, observando-se:

a) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato for igual ou menor que 05 (cinco), a contratação de que cuida o PRO-TRABALHO será facultativa;

b) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato estiver entre 06 (seis) e 19 (dezenove), deverá haver a disponibilização de, no mínimo, uma vaga;

c) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato for de 20 (vinte) ou mais, haverá disponibilização de 5% (cinco por cento) das vagas existentes;



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

d) quando o resultado da aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) for acima de número inteiro, será considerado, para fins de contratação dos trabalhadores do PRO-TRABALHO, o número inteiro desconsiderando-se a fração.

5.6.4.5.1 Apenas os beneficiários do PRO-TRABALHO que cumprem pena em regime semiaberto ou aberto, nos termos do art. 33 do Código Penal Brasileiro c/c arts. 36, 110 e 119 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), não estão sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme §2º do art. 28 da Lei Federal nº 7.210/1984.

5.6.4.5.1.1 A remuneração e os encargos concernentes aos beneficiários do PRO-TRABALHO indicados no subitem anterior que não estão sujeitos ao regime da CLT observará a legislação pertinente, nos termos do §2º do art. 28 c/c art. 29 da Lei Federal nº 7.210/1984.

5.6.4.5.1.2 Por ocasião da efetiva execução do Contrato, deverá ser anexada à fatura mensal de prestação de serviços ou de realização da obra relação do contingente de trabalhadores oriundos do PRO-TRABALHO que, na forma do subitem 5.6.4.5.1, não estão sujeitos ao regime da CLT.

5.6.4.5.2 A aplicação do Programa deverá observar os critérios previstos nos arts. 36 e 37 da Lei de Execução Penal, bem como quaisquer exigências, impedimentos, incompatibilidades ou vedações legais à contratação de pessoas presas e egressas do sistema prisional.

5.6.4.5.3 O licitante, uma vez contratado, deverá atender também às obrigações concernentes ao PRO-TRABALHO, nos termos disciplinado nos subitens seguintes.

5.6.4.5.3.1 Observar as disposições do Decreto nº 14.764/2013, e da Instrução Normativa SEAP/SETRE/SAEB nº 001/2018.

5.6.4.5.3.2 Apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados selecionados pelo SINEBAHIA com base nos cadastros mantidos pela SEAP e que se enquadrem como beneficiários do PRO-TRABALHO, observados os quantitativos definidos e as categorias indicadas art. 6º, incs. I e II, do Decreto nº 14.764/2013, comprovando a sua efetiva contratação.

5.6.4.5.3.3 Manter durante todo o tempo da execução do Contrato, incluindo-se suas prorrogações, no limite determinado pela legislação, a relação de proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos beneficiários do PRO-TRABALHO e aquelas necessárias à execução dos serviços relacionados ao Contrato.

5.6.4.5.3.4 Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato, que, no prazo de até 24 horas, deverá repassar essa comunicação à Diretoria de Integração Social/Superintendência de Ressocialização Sustentável/SEAP, a falta ao trabalho ou desligamento do beneficiário do PRO-TRABALHO, observando-se, ainda, que:

a) após o desligamento do beneficiário do PRO-TRABALHO, a empresa contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para providenciar o preenchimento da vaga em aberto, com o auxílio da SETRE, o que será objeto de acompanhamento por parte do fiscal do Contrato;

b) não havendo candidato apto para o preenchimento da vaga disponível, caberá à SETRE emitir atestado com tal informação, entregando-o à empresa contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da comunicação acerca da necessidade de contratação de novo beneficiário do PRO-TRABALHO; e

c) a contratada poderá preencher a vaga com terceiros não beneficiários do PRO-TRABALHO, caso a SETRE não cumpra com o prazo estabelecido na alínea “b” acima, observado o subitem 5.6.4.5.3.6.

5.6.4.5.3.5 Em caso de regressão do regime de cumprimento da pena do empregado beneficiário do PRO-TRABALHO ou de qualquer outro fato que possa ensejar o seu desligamento da empresa que o contratou nos termos do Decreto nº 14.764/2013, a contratada deverá providenciar o preenchimento da vaga surgida, observando os mesmos prazos e procedimentos definidos no subitem 5.6.4.5.3.4. 5.6.4.5.3.6 O não cumprimento da cota reservada para beneficiários do PRO-TRABALHO só será tolerado quando a contratada apresentar atestado emitido pela SEAP informando a inexistência de beneficiário do mencionado Programa que se enquadre ao perfil da vaga disponibilizada.

5.6.4.5.4 A não observância das regras do PRO-TRABALHO implica inadimplemento contratual e possibilita a extinção do Contrato por ato unilateral da Administração, além da aplicação das sanções legais.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Lei Estadual nº 14.634/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 6.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 O acompanhamento da execução do Contrato compreenderá as atividades de gestão e fiscalização na forma dos arts. 15 a 23 do Decreto nº 22.885/2024, observando-se, ainda, o disposto nos arts. 7º e 17º do Decreto nº 23.059/2024.
- 6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.
- 6.5.2 O prazo de que trata o subitem 6.5.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 6.5.3 Não havendo regularização ou não sendo aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.6 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da execução do Contrato e demais procedimentos de gestão do ajuste.

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

### **7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO**

#### **7.1.1 Recebimento provisório**

7.1.1.1 O objeto do Contrato será recebido provisoriamente, no prazo de até 8 (oito) dias, pelo(s) fiscal(is) do Contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inc. I, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.1.1 O prazo de que trata este subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da contratada com a comprovação da execução do objeto a que se refere a parcela a ser paga.

Medição

7.1.1.1.2 O recebimento provisório de obras e serviços de engenharia será precedido da medição da execução do objeto.

Demais regimes de execução

7.1.1.1.2.1 A medição da execução do objeto contratado se dará conforme aferição das etapas definidas no cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, conforme anexo deste TR/Habilitação, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

pela execução de quantidades de itens unitários (art. 46, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.1.2.1.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando o quantitativo de itens de obra e/ou serviços previstos para aquela etapa no cronograma físico-financeiro tiverem sido executados em sua totalidade. No caso em questão, valerá como referência a ordem de serviço emitida para cada demanda solicitada pelo gestor do contrato, por se tratar de um contrato sob demanda.

7.1.1.1.2.2 A medição dos serviços prestados será efetuada em períodos de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura da Ordem de Serviço, e deverão conter as parcelas do objeto contratado (ordens de serviço) efetivamente realizadas no período, segundo a correspondente planilha orçamentária e o que dispõe o Critério Geral de Medição e Pagamento, anexos a este TR/Habilitação.

7.1.1.1.2.3 A contratada deverá apresentar planilha e memória de cálculo detalhada da parcela do objeto medida.

7.1.1.1.2.4 A medição deverá conter um relatório fotográfico, com as fotos iniciais e finais da obra, especificamente para as parcelas mais expressivas do objeto definidas em anexo deste TR/Habilitação.

7.1.1.1.2.4.1 O relatório fotográfico deverá ser composto por uma quantidade de fotos que represente de forma significativa a execução da obra, sendo 02 (duas) fotos por folha em formato A4.

7.1.1.2 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR/Habilitação e na proposta, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do Contrato deverá(ão) emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, analisar o desempenho na execução do Contrato nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com os indicadores que deverão integrar este TR/Habilitação como anexo, encaminhando-o ao gestor do Contrato.

7.1.1.4.1 A análise do desempenho na execução do Contrato de que trata o art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

7.1.1.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

7.1.1.6 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.1.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

7.1.1.7.1 Para fins de emissão do Termo de Recebimento Provisório final das obras/serviços e de pagamento da última parcela, a fiscalização deverá exigir da contratada o relatório “AS BUILT” correspondente.

#### 7.1.2 Recebimento definitivo

7.1.2.1 O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 90 (noventa) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, observados os seguintes procedimentos (art. 140, inc. I, “b” da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos nos termos do Decreto nº 23.059/2024, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações;

b) análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

contratada por escrito, as respectivas correções;

c) emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios elaborados e documentações apresentadas;

d) comunicação à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

e) envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

f) exigência de apresentação pela contratada do Relatório “AS BUILT”, no caso de obras e serviços de engenharia.

7.1.2.1.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2.1.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §§2º e 6º da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontestada, conforme art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

7.1.2.2.1 Para fins do subitem anterior, o valor da parcela incontestada deverá ser comunicada à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.1.2.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

## 7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no **prazo de 8 (oito) dias úteis**, prorrogáveis por até **8 (oito) dias úteis**, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.4.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste TR/Habilitação.

## 7.3 PAGAMENTO

### 7.3.1 Prazo para pagamento

7.3.1.1 O pagamento será efetuado no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

7.3.1.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do **INPC/IBGE**, pro rata tempore.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.3.2 Forma de pagamento

7.3.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.

7.3.2.1.1 Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

7.3.2.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

7.3.2.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.

7.3.2.4 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Nota: a natureza do contrato e o objeto da contratação determinarão a retenção tributária eventualmente cabível, bem como a possibilidade de a contratada se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, dentre outras questões de caráter tributário.**

7.3.2.5 Para fins de pagamento, deverão ser adicionalmente observados:

- a) a verificação, pela fiscalização, da conformidade da nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentada pela contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) vencido(s), quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual;
- b) o pagamento da primeira parcela está condicionado à apresentação:
  - b.1) do registro do Contrato no Conselho de Classe respectivo;
  - b.2) da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica no Conselho de Classe respectivo;
  - b.3) da comprovação de instalação da placa de divulgação e identificação;
  - b.4) da prova da matrícula da obra/serviço junto à Previdência Social, quando for o caso;
  - b.5) guias de recolhimento das contribuições de assistência e previdência social e do FGTS, nos termos da legislação específica em vigor, as quais deverão estar acompanhadas de declaração da contratada, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão-de-obra empregada nos serviços contratados, excepcionando-se as situações em que a contribuição do segurado seja facultativa.
- c) quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003, e legislação municipal aplicável, e ainda:
  - c.1) os serviços/obra serão medidos mensalmente, em cujo processo deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo Município no qual os serviços/obra foram tributados;
  - c.2) nas medições que abrangerem mais de um Município, o cálculo do ISSQN deverá ser realizado para cada Município onde houver a incidência do tributo, sendo que as extensões de cada Município serão verificadas em campo e informadas pelo engenheiro fiscal da obra/serviço;
- d) nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços/obra executados total ou parcialmente;
- e) para efeito do pagamento da última parcela, a contratada deverá apresentar a baixa definitiva da matrícula da obra/serviço junto ao INSS com a respectiva certidão negativa de débito – CND, quando for o caso, observando-se o que se segue, na hipótese da impossibilidade de atendimento ao disposto neste subitem:
  - e.1) ao final da obra, se houver comprovação de que a contratada apresentou ao Órgão competente os documentos necessários para expedição de CND e se a Administração tiver como aferir e atestar, de forma expressa, em documento assinado e com identificação do seu subscritor, que todas as obrigações previdenciárias relacionadas à obra realizada foram cumpridas, poderá ser liberado o pagamento;
  - e.2) deverá ser instaurado procedimento administrativo próprio para apurar o descumprimento contratual;
  - e.3) antes da instauração de procedimento administrativo de apuração e aplicação de penalidade, deverá a Administração fixar um prazo razoável para que a empresa comprove a baixa da matrícula e apresente a CND.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 A seleção da proposta será feita em procedimento de: ( )

Contratação direta

( X ) Licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento ( ) menor preço

( x ) maior desconto

( ) Licitação, na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento ( ) menor preço

( ) maior desconto

( ) melhor técnica ou conteúdo artístico, conforme anexo ( )

técnica e preço, conforme anexo

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1 Habilitação jurídica

8.2.1.1.1 Para **Pessoas Jurídicas**:

a) empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;

b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.

d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.

e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.

f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes (x) Estadual/Distrital (x) Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

c) prova de regularidade com a Fazenda ( X ) Estadual/Distrital ( x ) Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;

c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) em se tratando de contratação direta, prova de regularidade com a Fazenda do Estado da Bahia, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do Contrato, nos termos do art. 65 da Lei estadual nº 14.634/2023.

8.2.1.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.1.3 Habilitação Econômico-Financeira

( X ) exigível

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade;

b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**Liquidez Geral (LG)** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

**Solvência Geral (SG)** = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

**Liquidez Corrente (LC)** = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.4) O licitante apresentará o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação ou na Central de Balanços dentro do ambiente



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foram transcritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, emissão extraída do SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.

b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante (art. 69, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.2.1.3.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

#### 8.2.1.4 Qualificação Técnica

a) comprovação de capacitação **técnico-profissional**, através da apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação, limitadas estas às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. I, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

a.1) O vínculo profissional entre o profissional e o licitante poderá ser comprovado através de: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assumira a responsabilidade técnica pela execução do objeto licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

a.2) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

a.3) Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

b) comprovação de capacitação **técnico-operacional**, mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de objeto similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

b1) na hipótese de atividade não regulada por conselho profissional, a capacitação **técnico-operacional** referida neste item poderá ser demonstrada por certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação.

b2) Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do objeto cuja subcontratação tenha sido expressamente autorizada neste TR/Habilitação, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado (art. 67, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação (art. 67, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c.1) Para fins desta alínea “c”, o licitante deverá apresentar, sob as penas da lei, em especial do disposto no



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

art. 155, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, a relação explícita e declaração formal de disponibilidade, de acordo com as especificações exigidas;

c.2) Quanto ao pessoal técnico, será observado o que se segue:

c.2.1) relação do pessoal técnico indicado pelo licitante deverá estar acompanhada da demonstração de vinculação à futura execução contratual, mediante a juntada no sistema eletrônico, de quaisquer dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assumira o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

c.2.2) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c.2.3) Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, se for o caso (art. 67, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021);

e) registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente, se for o caso CONFEA/CREA;

e.1) No caso de empresa não registrada no respectivo Conselho no Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do Conselho do Estado de origem, ficando o licitante vencedor obrigado a apresentar o visto do Conselho local antes da assinatura do Contrato.

e.2) No caso de Sociedades empresárias estrangeiras, o atendimento da exigência de que trata esta alínea “e” se dará por meio da apresentação, no momento da assinatura do Contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, SEM EXIGÊNCIA DE VISTORIA**

f) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação (art. 67, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021).

f.1.1) Ainda que o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA OU VALOR SIGNIFICATIVO	QUANTITATIVO TOTAL (100%)	COMPROVAÇÃO MÍNIMA (50%)
ESTRUTURA EM MADEIRA PARA TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA 6 MM OU 8 MM EM FIBROCIMENTO FIXADA COM PARAFUSO	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
ALVENARIA EM BLOCO CERÂMICO ESP. 0,15M ASSENTADO COM ARGAMASSA MISTA	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
REVESTIMENTO CERÂMICO TIPO A, COM ARGAMASSA E REJUNTADA	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
PORTA DE MADEIRA SEMI OCA PARA VERNIZ 0,90X2,10 INCLUINDO JOGO DE ADUELAS, ALIZARES, FECHADURAS E DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
JANELA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE CORRER DUAS FOLHAS DE CORRER COM VIDRO	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
PISO DE ALTA RESISTÊNCIA 12,0MM, COR CINZA, COM JUNTA PLÁSTICA, POLIMENTO E ENCERAMENTO - APLICADO	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
PAREDE COM PLACA DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL) PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
PONTO DE ILUMINAÇÃO E TOMADA COMPLETO	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CUBÍCULO DE MEDIÇÃO ABRIGADO TRIFÁSICO 15 KV - COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
PINTURA PARA EXTERIORES SOBRE PAREDE COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTA ACRÍLICA CONVENCIONAL	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFLÁTICA 4MM, INCLUSIVE COM APLICAÇÃO DE UMA DEMÃO DE PRIMER	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
CERCA COM MOURÕES 7,5X7,5CM ESPAÇAMENTO DE 2,50M ALTURA LIVRE DE 2,00M CRAVADOS COM PROFUNDIDADE DE 0,50M E COM MENOS 4 FIOS DE ARAME FARPADO	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

ESTRUTURA EM MADEIRA PARA TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO	1,00 m <sup>2</sup>	1,00 m <sup>2</sup>
--	---------------------	---------------------

8.2.1.4.1 Serão consideradas como parcelas de maior relevância ou valor significativo, para fins das alíneas “a”, “b” e “c” deste tópico:

8.2.1.4.1.1 Na hipótese de objeto em que não seja possível distinguir as parcelas de maior relevância ou valor significativo (objeto homogêneo), poderá ser indicada **parcela única**, sendo considerada satisfatória a comprovação da execução de, no mínimo, 100 % (cem por cento) do(s) quantitativo(s) previsto(s) neste TR/Habilitação.

8.2.1.4.2 Na hipótese de licitação por lotes, será observado o disposto a seguir:

8.2.1.4.2.1 A demonstração da qualificação técnica deverá ser feita em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que o licitante tenha apresentado as melhores ofertas.

8.2.1.4.2.2 Quando for atingido o limite da capacidade técnica do licitante, este será declarado inabilitado para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.4.3 No caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica (art. 67, §10, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.2.1.4.3.1 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas; 8.2.1.4.3.2 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

8.2.1.4.3.3 Na hipótese deste subitem 8.2.1.4.3, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

### 8.3 Disposições gerais

8.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.3.2 Regras acerca da participação de matriz e filial:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- c) a comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- d) se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o Contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do Contrato, da



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

8.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste TR/Habilitação.

8.3.3.1 Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

8.3.3.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

8.3.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

8.3.4 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$500.000,00** (quinhentos mil reais), conforme planilha de quantitativos e preços unitários ( ) abaixo ( x ) em anexo, os quais correspondem **ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários**.

LOTE/ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL	DEGRAU
1	07.29.11.0 0084179-0	REFORMA PREDIAL, na Universidade do Estado da Bahia	Indicada	01	R\$500.000,00	R\$500.000,00	1%
<b>VALOR ESTIMADO TOTAL</b>						<b>R\$500.000,00</b>	

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e, quando elaborada a matriz de risco, a sua alocação entre contratante e contratada.

9.3 Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobre preço serão considerados (art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) valor global: **R\$500.000,00** (quinhentos mil reais) **fixo e invariável (o percentual do desconto ofertado pela licitante vencedora será aplicado sobre o preço unitário de cada item da planilha)**.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN 11.301	Função 12	Subfunção 364	Programa 424	P/A/OE 4005
Região/planejament 9900	Natureza da despesa 3390.39.000	Destinação do recurso 150001140000000000 001	Tipo de recurso orçamentário TESOURO ESTADUAL	



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

10.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**11. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

11.1 O prazo para assinatura do termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, do instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de **10 (dez) dias úteis**.

11.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.2 A assinatura do termo de contrato ou do instrumento hábil, conforme o disposto no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, observará a disciplina constante do componente Rito Procedimental do edital.

**12. ANEXOS INTEGRANTES DO TR/HABILITAÇÃO**

12.1 Vinculam-se a este TR/Habilitação, independentemente de transcrição (art. 92, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021):

( ) Seção Específica do TR/Habilitação para o Sistema de Registro de Preços; ( )

Modelo para descrição auxiliar do objeto (no caso de listagem extensa)

( ) Modelo de descrição de proposta de preço e de declaração de elaboração independente de proposta; ( X )

Modelos de prova de qualificação técnica:

(X) Capacidade técnico-operacional;

(X) Declaração de indicação do pessoal técnico, instalações e aparelhamento

(x) Declaração de pleno conhecimento, sem exigência de vistoria ( ) Declaração

de pleno conhecimento, com exigência de vistoria

(X) Estudo Técnico Preliminar, quando cabível.

12.2 No caso de obras e serviços de engenharia, constituem anexos os seguintes documentos técnicos específicos: ( )

Projetos;

( ) Memoriais Descritivos/Especificações Técnicas;

(X) Planilha orçamentária;

(x) Composição do B.D.I.;

( ) Composição dos Encargos Sociais;

( ) Caderno de Encargos – Obras e serviços de engenharia em estabelecimentos assistenciais de saúde e unidades administrativas;

( ) Instrumento de medição de resultado para avaliação da execução do objeto.

SALVADOR, 06 DE OUTUBRO DE 2025

---

Engº Paulo Jorge de Castro PROINFRA  
- CENG



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO**

**MODELO DE DESCRIÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO E DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO**

**INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
---	--------

LOTE /ITEM	DESCRIÇÃO			
			VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (MENSAL)	R\$
			VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (GLOBAL)	R\$
			PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	(       ) DIAS [≥60]

**[Identificação completa do representante do licitante]**, como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante]**, doravante denominado LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

(f) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021; e

(g) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

---

**ANEXO**

**MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

---

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório/contratação direta, que a empresa  
XX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,  
XX, com endereço na  
XX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações  
contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

<b>Especificação</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Prazo de execução</b>

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

---

**ANEXO**

**MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO, INSTALAÇÕES E APARELHAMENTO**

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

**DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE**

Declaro, em observância ao art. 67, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de prova de qualificação técnica, que disporei do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados, conforme relação abaixo, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, estando ciente de que a declaração falsa caracteriza a infração prevista no art. 155, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

<b>Pessoal Técnico</b>	<b>Qualificação</b>

Salvador \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

<b>Instalações, Aparelhamento (Máquinas/Equipamentos)</b>	<b>Quantidade</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

---

**ANEXO**

**MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DECLARAÇÃO DE PLENO  
CONHECIMENTO, SEM EXIGÊNCIA DE VISTORIA**

---

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

Em cumprimento à exigência do TR/HABILITAÇÃO, declaramos, para os fins do inc. VI do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, termos tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

<b>OBRA:</b>	<b>PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL</b>	
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA	
	ORSE	
	SEINFRA-CE	
<b>VALOR DO BDI:</b>	25%	06/10/2025

**PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS**

ITEM	CÓDIGO	FONTES		UN	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
<b>1</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES/DEMOLIÇÃO</b>				
1.1	00006	ORSE	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO ESP. 0,09M - REVESTIDA	M³	1,00	31,09	38,86
1.2	10963	ORSE	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO ESP. 0,09M - SEM REVESTIMENTO	M³	1,00	25,92	32,40
1.3	08038	ORSE	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE ELEMENTOS VAZADOS (COBOGÓ) - SEM REAPROVEITAMENTO	M³	1,00	40,32	50,40
1.4	00008	ORSE	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE PEDRA	M³	1,00	82,91	103,64
1.5	00025	ORSE	DEMOLIÇÃO DE CERCA COM ESTACA DE CONCRETO	M	1,00	36,91	46,14
1.6	00024	ORSE	DEMOLIÇÃO DE CERCA COM ESTACA DE MADEIRA	M	1,00	27,70	34,63
1.7	00013	ORSE	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO MANUALMENTE	M³	1,00	269,58	336,98
1.8	00023	ORSE	DEMOLIÇÃO DE DIVISÓRIAS	M²	1,00	16,50	20,63
1.9	00012	ORSE	DEMOLIÇÃO DE FORRO	M²	1,00	8,25	10,31
1.10	05067	ORSE	DEMOLIÇÃO DE LAJE PRÉ FABRICADA COM UM COM CAPEAMENTO	M²	1,00	19,24	24,05
1.11	00030	ORSE	DEMOLIÇÃO DE MADEIRAMENTO EM COBERTURA COM TELHA CERÂMICA	M²	1,00	26,95	33,69
1.12	04977	ORSE	DEMOLIÇÃO DE MADEIRAMENTO EM COBERTURA COM TELHA FIBRO CIMENTO	M²	1,00	14,50	18,13
1.13	00020	ORSE	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO COM REAPROVEITAMENTO	M²	1,00	11,05	13,81
1.14	08337	ORSE	DEMOLIÇÃO DE PEITORIL DE MÁRMORE	M²	1,00	16,57	20,71
1.15	00018	ORSE	DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO	M²	1,00	14,50	18,13
1.16	03240	ORSE	DEMOLIÇÃO DE PISO DE ALTA RESISTÊNCIA	M²	1,00	20,72	25,90
1.17	00017	ORSE	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	M²	1,00	9,21	11,51
1.18	00022	ORSE	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO OU AZULEJO	M²	1,00	20,72	25,90
1.19	00016	ORSE	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	M²	1,00	26,94	33,68
1.20	97624	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA EM TIJOLO MACIÇO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M³	1,00	117,36	146,70
1.21	00010	ORSE	DEMOLIÇÃO DE TELHAMENTO COM TELHA EM FIBROCIMENTO ONDULADA	M²	1,00	9,05	11,31
1.22	00011	ORSE	DEMOLIÇÃO DE TELHAMENTO COM TELHA EM FIBROCIMENTO TIPO CANALETE	M²	1,00	5,44	6,80
1.23	00021	ORSE	DEMOLIÇÃO DE MEIO FIO GRANILÍTICO OU PRÉ MOLDADO	M	1,00	10,46	13,08
<b>2</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES/REMOÇÃO</b>				
2.1	12376	ORSE	REMOÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT	UNID	1,00	20,60	25,75
2.2	00037	ORSE	REMOÇÃO DE ARAME FARPADO EM CERCAS	M	1,00	5,55	6,94
2.3	08387	ORSE	REMOÇÃO DE BANCADA DE GRANITO OU MÁRMORE	M²	1,00	21,87	27,34



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

2.4	07228	ORSE	REMOÇÃO DE BANCO DE CONCRETO PRÉ MOLDADO	UNID	1,00	19,69	24,61
2.5	97661	SINAPI	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS	M	1,00	0,79	0,99
2.6	03264	ORSE	REMOÇÃO DE CAIXA DE DESCARGA DE SOBREPOR	UNID	1,00	20,65	25,81
2.7	07214	ORSE	REMOÇÃO DE CAIXA DE DESCARGA EMBUTIDA	UNID	1,00	41,28	51,60
2.8	07213	ORSE	REMOÇÃO DE CAIXA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO PARA AR CONDICIONADO	UNID	1,00	18,32	22,90
2.9	12504	ORSE	REMOÇÃO DE DIVISÓRIA DE GRANITO OU MÁRMORE	M²	1,00	14,50	18,13

<b>OBRA:</b>	<b>PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL</b>		
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA		
	ORSE		
	SEINFRA-CE		
<b>VALOR DO BDI:</b>	25%	06/10/2025	

**PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS**

ITEM	CÓDIGO	FONTE		UN.	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
2.10	12346	ORSE	REMOÇÃO DE ESQUADRIA DE ALUMÍNIO E VIDRO	M²	1,00	18,30	22,88
2.11	04859	ORSE	REMOÇÃO DE FECHADURA	UNID	1,00	5,71	7,14
2.12	97641	SINAPI	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	1,00	3,27	4,09
2.13	03248	ORSE	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES E TOMADAS	UNID	1,00	4,54	5,68
2.14	97645	SINAPI	REMOÇÃO DE JANELAS DE FORMA MANUAL	M²	1,00	27,48	34,35
2.15	00040	ORSE	REMOÇÃO DE LUMINÁRIA	UNID	1,00	12,36	15,45
2.16	07215	ORSE	REMOÇÃO DE METAIS SANITÁRIOS (TORNEIRA, REGISTRO, CHUVEIRO, ETC.)	UNID	1,00	20,65	25,81
2.17	09602	ORSE	REMOÇÃO DE PIA	UNID	1,00	20,76	25,95
2.18	07725	ORSE	REMOÇÃO DE TINTA LATEX (LIXAMENTO, RASPAGEM OU ESCOVAÇÃO)	M²	1,00	6,60	8,25
2.19	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	1,00	10,64	13,30
2.20	07224	ORSE	REMOÇÃO DE QUADRO ELÉTRICO DE EMBUTIR OU SOBREPOR	UNID	1,00	41,25	51,56
2.21	00009	ORSE	REMOÇÃO DE TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA	M²	1,00	12,42	15,53
2.22	04943	ORSE	REMOÇÃO DE TELHAMENTO COM TELHA FIBRO CIMENTO	M²	1,00	9,63	12,04
2.23	102191	SINAPI	REMOÇÃO DE VIDRO LISO COMUM	M²	1,00	22,82	28,53
2.24		UNEB	REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT	UNID	1,00	595,13	743,91
2.25	04942	ORSE	REMOÇÃO DE ESQUADRIA METÁLICA	M²	1,00	20,60	25,75
2.26	03262	ORSE	REMOÇÃO DE LAVATÓRIO	UNID	1,00	12,65	15,81
2.27	09743	ORSE	REMOÇÃO DE TESOURA EM MADEIRA	UNID	1,00	330,13	412,66
2.28	03018	ORSE	REMOÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO	UNID	1,00	269,79	337,24
2.29	07220	ORSE	REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE CERCA PARA CÚRRAL EM MADEIRA	M	1,00	302,12	377,65
2.30	01860	ORSE	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE ESQUADRIA DE FERRO	M²	1,00	56,21	70,26



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

2.31	02602	ORSE	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE PARA LELEPÍPEDO EM COLCHÃO DE AREIA	M²	1,00	62,64	78,30
2.32	05041	ORSE	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE VIDRO TEMPERADO	M²	1,00	94,28	117,85
2.33	07216	ORSE	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS SANITÁRIOS	UNID	1,00	14,96	18,70
2.34	00031	ORSE	REMOÇÃO DE ESQUADRIA DE MADEIRA COM OU SEM BATENTE	M²	1,00	16,76	20,95
2.35	07218	ORSE	REMOÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFALTICA	M²	1,00	7,22	9,03
<b>3</b>			<b>COBERTURA</b>				
3.1	C1336	SEINFRA	ESTRUTURA EM MADEIRA PARA TELHA CERÂMICA	M²	1,00	141,16	176,45
3.2	C4462	SEINFRA	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA	M²	1,00	67,77	84,71
3.3	C1338	SEINFRA	ESTRUTURA EM MADEIRA PARA TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO	M²	1,00	106,63	133,29
3.4	C3745	SEINFRA	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA 6 M M OU 8 MM EM FIBROCIMENTO FIXADA COM PARAFUSO	M²	1,00	69,69	87,11
3.5	100434	SINAPI	CALHA DE BEIRAL SEMICIRCULAR DE PVC DIAM. 125MM, INCLUINDO EMENADA, CABECEIRAS, BOCAIS, SUPORTES E VEDAÇÃO	M	1,00	129,84	162,30
3.6		UNEB	REVISÃO DE COBERTURA EM TELHA CERÂMICA COM REPOSIÇÃO DE 10%	M²	1,00	70,81	88,51

<b>OBRA:</b>	PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL		
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA		
	ORSE		
	SEINFRA-CE		
<b>VALOR DO BDI:</b>	25%	06/10/2025	

**PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS**

ITEM	CÓDIGO	FONTE		UN.	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
3.7		UNEB	REVISÃO DE COBERTURA EM TELHA EM FIBROCIMENTO ESP. 6,0 MM COM REPOSIÇÃO 50%, EXCLUSIVE MADEIRAMENTO	M²	1,00	30,03	37,54
3.8		UNEB	LAVAGEM DE TELHA CERÂMICA	M²	1,00	3,70	4,63
3.9	C0292	SEINFRA	TUBO PVC COLETOR DE ÁGUA PLUVIAL DIAM 75MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	1,00	2,52	3,15
3.10	09215	ORSE	COBERTURA EM POLICARBONATO ALVEOLAR ESP. 8MM INSTALADO EM PEÇAS DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE INSTALAÇÃO	M²	1,00	317,28	396,60
3.11	C1000	SEINFRA	CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO	M	1,00	44,09	55,11
<b>4</b>			<b>ALVENARIA DE VEDAÇÃO</b>				
4.1	C0047	SEINFRA	ALVENARIA EM BLOCO CERÂMICO ESP. 0,15M ASSENTADO COM ARGAMASSA MISTA	M²	1,00	38,43	48,04
4.2	C3743	SEINFRA		M²	1,00	67,62	84,53
4.3	101162	SINAPI	ALVENARIA EM ELEMENTO VAZADO (COB OGÓ) DE CERÂMICA DIMEN. 7X20X20 CM	M²	1,00	162,35	202,94
<b>5</b>			<b>REVESTIMENTO</b>				
5.1	87897	SINAPI	CHAPISCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:3 ESP. 5MM	M²	1,00	5,81	7,26



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

5.2	07137	ORSE	REVESTIMENTO CERÂMICO TIPO A, COM ARGAMASSA E REJUNTADA	M²	1,00	73,54	91,93
5.3	C3407	SEINFRA		M²	1,00	40,19	50,24
<b>6</b>			<b>ESQUADRIA / VIDRO / ESPELHO</b>				
6.1	91013	SINAPI	KIT PORTA DE MADEIRA SEMI OCA PARA VERNIZ 0,60X2,10 INCLUINDO JOGO DE ADUELAS, ALIZARES, FECHADURAS E DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	UNID	1,00	922,31	1.152,89
6.2	100680	SINAPI	KIT PORTA DE MADEIRA SEMI OCA PARA VERNIZ 0,70X2,10 INCLUINDO JOGO DE ADUELAS, ALIZARES, FECHADURAS E DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	UNID	1,00	1.100,61	1.375,76
6.3	100683	SINAPI	PORTA DE MADEIRA SEMI OCA PARA VERNIZ 0,80X2,10 INCLUINDO JOGO DE ADUELAS, ALIZARES, FECHADURAS E DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	UNID	1,00	1.182,60	1.478,25
6.4	100685	SINAPI	PORTA DE MADEIRA SEMI OCA PARA VERNIZ 0,90X2,10 INCLUINDO JOGO DE ADUELAS, ALIZARES, FECHADURAS E DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	UNID	1,00	1.227,90	1.534,88
6.5	94570	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE CORRER DUAS FOLHAS COM VIDROS, COMPLETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M²	1,00	212,98	266,23
6.6	09470	ORSE	PORTA DE ABRIR COM VIDRO EM ALUMÍNIO ANODIZADO COMPLETA	M²	1,00	428,28	535,35
6.7	01850	ORSE	GRADES DE PROTEÇÃO DE FERRO COM BARRAS REDONDAS 5/8"	M²	1,00	173,55	216,94
6.8	C2670	SEINFRA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO COMUM 4MM EM ESQUADRIA	M²	1,00	179,43	224,29
6.9	01883	ORSE	VIDRO FANTASIA 4MM, CANELADO OU MARTELADO	M²	1,00	128,33	160,41
6.10	09718	ORSE	ESPELHO CRISTAL 4MM	M²	1,00	571,81	714,76
6.11	91306	SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR PARA INTERNA, COMPLETA, COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00	168,07	210,09

<b>OBRA:</b>	<b>PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL</b>	
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA	
	ORSE	
	SEINFRA-CE	
<b>VALOR DO BDI:</b>	25%	06/10/2025

**PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS**

ITEM	CÓDIGO	FONTE		UN.	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
6.12	01797	ORSE	REVISÃO DE ESQUADRIA EM MADEIRA	M²	1,00	105,84	132,30
6.13	12206	ORSE	GRADE DE FERRO PADRÃO ESCOLA	M²	1,00	607,22	759,03
6.14	12085	ORSE	JANELA BASCULANTE EM FERRO	M²	1,00	543,62	679,53
6.15	C2670	SEINFRA	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M²	1,00	179,43	224,29
6.16	01841	ORSE	REVISÃO DE ESQUADRIA DE ALUMÍNIO	M²	1,00	119,18	148,98
6.17	13718	ORSE	REVISÃO DE ESQUADRIA DE VIDRO TEMPERADO	M2	1,00	96,47	120,59



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

6.18	13982	ORSE	PORTA EM MADEIRA LISA, MACIÇA, 090X2, 10M - INCLUSIVE FERRAGENS E BATENTES	UN	1,00	1.540,50	1.925,63
6.19	102188	SINAPI	MOLA HIDRÁULICA DE PISO PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO	UNID	1,00	973,85	1.217,31
6.20	13096	ORSE	PORTA EM VIDRO TEMPERADO 10MM, INCOLOR, INCLUSIVE FERRAGENS DE FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE PUXADOR	M²	1,00	695,38	869,23
6.21	13718	ORSE	REVISÃO DE PORTA DE VIDRO TEMPERADO	M²	1,00	96,69	120,86
6.22		UNEB	PUXADOR PARA PORTA DE VIDRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00	151,97	189,96
<b>7</b>			<b>PAVIMENTAÇÃO</b>				
7.1	2180	ORSE	REGULARIZAÇÃO DE BASE PARA PISO CERÂMICO E ALTA RESISTÊNCIA - CONTRA PISO	M²	1,00	26,65	33,31
7.2	07137	ORSE	CERÂMICA ASSENTADA COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA	M²	1,00	72,73	90,91
7.3	10169	ORSE	PISO DE ALTA RESISTÊNCIA 12,0MM, COR CINZA, COM JUNTA PLÁSTICA, POLIMENTO E ENCERAMENTO - APLICADO	M²	1,00	62,50	78,13
7.4	04295	ORSE	PISO CIMENTADO DESEMPOLADO ESP. 5CM	M²	1,00	40,88	51,10
7.5	94992	SINAPI	PASSEIO EM CONCRETO MOLDADO "IN LOCO" ESP. 6,0CM	M²	1,00	81,38	101,73
7.6	87757	SINAPI	CONTRA PISO SOBRE LAJE	M²	1,00	60,05	75,06
7.7	98671	ORSE	PISO EM GRANITO APLICADO EM AMBIENTES INTERNOS	M²	1,00	389,21	486,51
<b>8</b>			<b>RODAPÉ / SOLEIRA / PEITORIL</b>				
8.1	101739	SINAPI	RODAPÉ EM MADEIRA 7,0 X 1,5 CM	M	1,00	33,52	41,90
8.2	09587	ORSE	SOLEIRA EM GRANITO POLIDO LARG. 0,15 M ESP. 0,02M	M	1,00	141,97	177,46
8.3	01988	ORSE	PEITORIL EM GRANITO POLIDO LARG. 0,17 M ESP. 0,02M	M	1,00	129,56	161,95
<b>9</b>			<b>FORRO</b>				
9.1	12026	ORSE	FORRO DE GESSO EM PLACA TIPO MACHO-FÊMEA 60X60CM FIXADO COM FIO DE COBRE	M²	1,00	63,00	78,75
9.2	C4470	SEINFRA	FORRO PVC MODULADO EM PLACAS 618 X 1250MM COM PERFIL EM ALUMÍNIO	M²	1,00	71,73	89,66
9.3	11492	ORSE	FORRO DE GESSO ACARTONADO, COR BRANCA, PALCA 1243X618MM, MARCA GYPSUM E MODELO FGE OU SIMILAR, INSTALADO	M²	1,00	57,92	72,40
<b>10</b>			<b>DIVISÓRIA / PAINÉIS</b>				

<b>OBRA:</b>	<b>PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL</b>		
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA		
	ORSE		
	SEINFRA-CE		
<b>VALOR DO BDI:</b>	25%	06/10/2025	

**PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS**

ITEM	CÓDIGO	FONTE	UN.	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
------	--------	-------	-----	-----	----------------	----------------------



ESTADO DA BAHIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021  
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

10.1	96358	SINAPI	PAREDE COM PLACA DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL) PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS	M²	1,00	98,86	123,58
10.2	00178	ORSE	CONJUNTO PARA PORTA DE DIVISÓRIA EM PAINEL CELULAR CONTENDO 03 DOBRADIÇAS PALMELA, 01 FECHADURA TUBULAR LOCKWELL COM BOTÃO DE GIRO PARA TRAVAMENTO	CJ	1,00	249,19	311,49
<b>11</b>			<b>INSTALAÇÃO HIDRO SANITÁRIA / ACESSÓRIOS</b>				
11.1	01200	ORSE	PONTO DE ÁGUA FRIA EMBUTIDO E COMPLETO	PT	1,00	116,07	145,09
11.2	01679	ORSE	PONTO DE ESGOTO COMPLETO DIAM. 40MM	PT	1,00	73,18	91,48
11.3	01678	ORSE	PONTO DE ESGOTO COMPLETO DIAM. 50MM	PT	1,00	109,09	136,36
11.4	01683	ORSE	PONTO DE ESGOTO COMPLETO DIAM. 100MM	PT	1,00	99,49	124,36
11.5	C0348	SEINFRA	VASO DE LOUÇA BRANCO COM DESCARGA ACOLADA - COMPLETO E INSTALADO	UNID	1,00	670,95	838,69
11.6	02146	ORSE	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA SEM COLUNA, COM TORNEIRA E ACESSÓRIOS - COMPLETO	UNID	1,00	252,30	315,38
11.7	C1792	SEINFRA	MICTÓRIO DE LOUÇA BRANCA COMPLETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00	649,87	812,34
11.8	02104	ORSE	PIA DE COZINHA EM AÇO INOX 1,40X0,58 M, CUBA SIMPLES, INCLUSIVE ACESSÓRIOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00	1.140,18	1.425,23
11.9	02050	ORSE	CHUVEIRO PLÁSTICO	UNID	1,00	33,15	41,44
11.10	100860	SINAPI	CHUVEIRO ELÉTRICO TIPO DUCHA	UNID	1,00	105,60	132,00
11.11	04883	ORSE	CAIXA DE INSPEÇÃO 60X60X60 CM EM BLOCO, COM FUNDO E TAMPA EM CONCRETO ARMADO	UNID	1,00	657,10	821,38
11.12	C2157	SEINFRA	REGISTRO GAVETA 3/4" BRUTO	UNID	1,00	60,30	75,38
11.13	C2165	SEINFRA	REGISTRO DE PRESSÃO 1/2" COM CANOPILA	UNID	1,00	103,50	129,38
11.14	C1151	SEINFRA	DUCHA HIGIÊNICA CROMADA	UNID	1,00	75,15	93,94
11.15	89707	SINAPI	CAIXA SIFINADA PVC 100X100X50 INSTALADA EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	UNID	1,00	46,00	57,50
11.16	C1242	SEINFRA	ENGATE PLÁSTICO	UNID	1,00	12,44	15,55
11.17	07075	ORSE	PORTA PAPEL HIGIÊNICO EM AÇO INOX	UNID	1,00	76,57	95,71
11.18	02035	ORSE	PORTA PAPEL TOALHA EM INOX	UNID	1,00	98,71	123,39
11.19	02045	ORSE	PORTA SABÃO LÍQUIDO PLÁSTICO	UNID	1,00	79,63	99,54
11.20	13112	ORSE	BARRA DE APOIO PARA DEFICIENTE FÍSICO 0,70 M	UNID	1,00	221,74	277,18
11.21	C0600	SEINFRA	DESCARGA DE SOBREPOR PLÁSTICA	UNID	1,00	191,98	239,98
11.22	02059	ORSE	SIFÃO CROMADO	UNID	1,00	247,39	309,24
11.23	102623	SINAPI	CAIXA D'ÁGUA PVC CAPACIDADE 1.000 LITROS, COMPLETO E INSTALADO	UNID	1,00	799,89	999,86
11.24	08979	ORSE	BOIA PARA TANQUE	UNID	1,00	131,85	164,81
11.25	01201	ORSE	REVISÃO DE PONTO DE ÁGUA	un	1,00	81,20	101,50
11.26	01682	ORSE	REVISÃO DE PONTO DE ESGOTO	un	1,00	135,98	169,98
11.27	03683	ORSE	TORNEIRA CROMADA PARA PIA DE COZINHA COM AREJADOR	UNID	1,00	122,16	152,70
11.28	10759	ORSE	BANCA EM GRANITO CINZA ANDORINHA E SP. 2,0 CM	M²	1,00	556,04	695,05



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

<b>OBRA:</b>	<b>PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL</b>		
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA	PRO-REITORIA DE INFRAESTRUTURA	
	ORSE		
	SEINFRA-CE		
<b>VALOR DO BDI:</b>	25%	06/10/2025	

**PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS**

ITEM	CÓDIGO	FONTE		UN.	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
<b>12</b>			<b>INSTALAÇÃO ELÉTRICA / TELEFONE / LÓGICA</b>				
12.1	93145	SINAPI	PONTO DE ILUMINAÇÃO E TOMADA COMPLETO	PT	1,00	195,33	244,16
12.2	03278	ORSE	PONTO DE INTERRUPTOR EMBUTIDO	PT	1,00	199,77	249,71
12.3	03298	ORSE	PONTO DE TOMADA 2P+T 10A	PT	1,00	263,43	329,29
12.4	C1496	SEINFRA	INTERRUPTOR DE EMBUTIR 01 TECLA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00	36,03	45,04
12.5	C1479	SEINFRA	INTERRUPTOR DE EMBUTIR 02 TECLAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00	32,64	40,80
12.6	C1489	SEINFRA	INTERRUPTOR DE EMBUTIR 03 TECLAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00	46,12	57,65
12.7		UNEB	LUMINÁRIA LED SLIM 36W 100CM	UNID	1,00	96,03	120,04
12.8	10077	ORSE	LUMINÁRIA DE SOBREPOR PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X32W	UNID	1,00	279,14	348,93
12.9	C2066	SEINFRA	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 06 DISJUNTORES	UNID	1,00	220,15	275,19
12.10	C1371	SEINFRA	FIO ISOLADO PVC 750V 1,5 MM²	M	1,00	5,90	7,38
12.11	C1374	SEINFRA	FIO ISOLADO PVC 750V 2,5 MM²	M	1,00	7,05	8,81
12.12	C0534	SEINFRA	CABO ISOLADO PVC 750V 4,0 MM²	M	1,00	9,32	11,65
12.13	C0537	SEINFRA	CABO ISOLADO PVC 750V 6,0 MM²	M	1,00	10,48	13,10
12.14	C0524	SEINFRA	CABO ISOLADO PVC 750 V 10,0 MM²	M	1,00	16,23	20,29
12.15	C0527	SEINFRA	CABO ISOLADO PVC 750 V 16,0 MM²	M	1,00	19,27	24,09
12.16	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR 10A - DIN	UNID	1,00	11,45	14,31
12.17	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR 16A - DIN	UNID	1,00	12,16	15,20
12.18	93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR 20A - DIN	UNID	1,00	13,51	16,89
12.19	93656	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR 25A - DIN	UNID	1,00	13,51	16,89
12.20	93657	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR 32A - DIN	UNID	1,00	15,17	18,96
12.21	93660	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR 10A - DIN	UNID	1,00	54,60	68,25
12.22	93661	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR 16A - DIN	UNID	1,00	56,03	70,04
12.23	93662	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR 20A - DIN	UNID	1,00	58,74	73,43
12.24	93663	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR 25A - DIN	UNID	1,00	58,74	73,43
12.25	93664	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR 32A - DIN	UNID	1,00	62,05	77,56
12.26	93665	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR 40A - DIN	UNID	1,00	66,59	83,24
12.27	93666	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR 50A - DIN	UNID	1,00	73,34	91,68
12.28	93667	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR 10A - DIN	UNID	1,00	68,54	85,68
12.29	93668	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR 16A - DIN	UNID	1,00	70,67	88,34
12.30	93669	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR 20A - DIN	UNID	1,00	74,73	93,41
12.31	93670	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR 25A - DIN	UNID	1,00	74,73	93,41
12.32	93671	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR 32A - DIN	UNID	1,00	79,71	99,64
12.33	93672	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR 40A - DIN	UNID	1,00	87,25	109,06
12.34	93673	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR 50A - DIN	UNID	1,00	97,77	122,21

<b>OBRA:</b>	<b>PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL</b>		
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA		
	ORSE		
	SEINFRA-CE		



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

VALOR DO BDI:	25%	06/10/2025					
PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS							
ITEM	CÓDIGO	FONTE		UN.	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
12.36		UNEB	MANUTENÇÃO EM TRANSFORMADOR DE FORMA EM POSTE ATÉ 112,5 KVA - COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TROCA DE ÓLEO	UNID	1,00	2.102,10	2.627,63
12.37	00625	ORSE	REVISÃO DE PONTO DE LUZ EM TETO OU PAREDE	PT	1,00	90,15	112,69
12.38	00632	ORSE	REVISÃO DE PONTO DE TOMADA DE FORÇA	pt	1,00	176,37	220,46
12.39	00352	ORSE	ELETRODUTO PVC ROSCÁVEL DIAM. 20M M (1/2")	M	1,00	11,62	14,53
12.40	00353	ORSE	ELETRODUTO PVC ROSCÁVEL DIAM. 25M M (3/4")	M	1,00	13,97	17,46
12.41	13148	ORSE	REFLETOR SLIM LED 100W DE POTÊNCIA	UNID	1,00	77,98	97,48
12.42	12808	ORSE	REFLETOR SLIM LED 200W DE POTÊNCIA	UNID	1,00	126,01	157,51
<b>13</b>			<b>PINTURA</b>				
13.1	88497	SINAPI	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LATEX EM PAREDES INTERNAS, DUAS DEMÃOS	M²	1,00	18,52	23,15
13.2	02295	ORSE	PINTURA PARA EXTERIORES SOBRE PAREDE COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTA ACRÍLICA CONVENCIONAL	M²	1,00	47,41	59,26
13.3	02291	ORSE	PINTURA PARA INTERIORES SOBRE PAREDE COM LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE SELADOR, 02 DEMÃOS DE MASSA CORRIDA E 02 DEMÃOS DE TINTA LATEX CONVENCIONAL	M²	1,00	42,86	53,58
13.4	03862	ORSE	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE TINTA PVA	M²	1,00	8,79	10,99
13.5	C2461	SEINFRA	TINTA ACRÍLICA 01 DEMÃO EM PAREDES EXTERNAS	M²	1,00	15,02	18,78
13.6	02309	ORSE	PINTURA SOBRE SUPERFÍCIE DE MADEIRA COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE FUNDO SINTÉTICO NIVELADOR, 01 DEMÃO DE MASSA A ÓLEO E 02 DEMÃOS DE TINTA ESMALTE	M²	1,00	55,73	69,66
13.7	102207	SINAPI	PINTURA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) A ÓLEO EM MADEIRA 01 DEMÃO	M²	1,00	9,44	11,80
13.8	100760	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDIA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA DUAS DEMÃOS	M²	1,00	55,91	69,89
13.9	100742	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDIA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA POR DEMÃO	M²	1,00	28,10	35,13
13.10	08624	ORSE	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE COM APLICAÇÃO DE DUAS DEMÃOS DE MASSA, LIXAMENTO E RETOQUES	M²	1,00	21,70	27,13
13.11	02288	ORSE	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE TINTA ACRÍLICA CONVENCIONAL	M²	1,00	19,41	24,26



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

13.12	88411	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS CEGOS DE FACHADA	M²	1,00	3,72	4,65
<b>14</b>			<b>SUPERESTRUTURA</b>				
14.1	00145	ORSE	LAJE PRÉ MOLDADA COMUM PARA PISO E COBERTURA, INCLUSIVE ESCORAMENTO EM MADEIRA E COBRIMENTO ESP. 4,0 CM	M²	1,00	141,41	176,76
14.2	00140	ORSE	AÇO CA 50 DIAM. 6.3 À 12.5MM INCLUSIVE CÔRTE, DOBRAGEM, MONTAGEM E COLOCAÇÃO NA F	KG	1,00	13,15	16,44
14.3	11245	ORSE	FORMA PLANA EM COMPENSADO RESINA DO 12MM PARA ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO	M²	1,00	83,72	104,65

<b>OBRA:</b>	<b>PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL</b>		
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA		
	ORSE		
	SEINFRA-CE		
<b>VALOR DO BDI:</b>	25%	06/10/2025	

**PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS**

ITEM	CÓDIGO	FORTE		UN.	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
14.4	94964	SINAPI	CONCRETO FCK 20MPA - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L	M³	1,00	541,22	676,53
<b>15</b>			<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>				
15.1	10020	ORSE	IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFALTICA 4MM, INCLUSIVE COM APLICAÇÃO DE UMA DEMÃO DE PRIMER	M²	1,00	128,15	160,19
<b>16</b>			<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>				
16.1	C1256	SEINFRA	ESCAVAÇÃO MANUAL EM VALAS ATÉ 2,00M DE PROFUNDIDADE	M³	1,00	59,36	74,20
16.2	C0331	SEINFRA	ATERRO MAUAL COM COMPACTAÇÃO SEM AQUISIÇÃO DE MATERIAL	M³	1,00	39,63	49,54
<b>17</b>			<b>DIVERSOS</b>				
17.1	101200	SINAPI	CERCA COM MOURÕES 7,5X7,5CM ESPAÇAMENTO DE 2,50M ALTURA LIVRE DE 2,00M CRAVADOS COM PROFUNDIDADE DE 0,50 M E COM MENOS 4 FIOS DE ARAME FARPADO	M	1,00	59,56	74,45
17.2	12048	ORSE	LETRA EM ALUMÍNIO 10X10CM - INSTALADA	UNID	1,00	54,67	68,34
17.3	04555	ORSE	MEIO FIO PRÉ MOLDADA DE CONCRETO SIMPLES DIMEN. 0,12X0,30X1,00M ASSENTADO E REJUNTADO	M	1,00	46,64	58,30
17.4	02324	ORSE	IMUNIZAÇÃO DE MADEIRA CONTRA CUPIM	M²	1,00	20,76	25,95
<b>18</b>			<b>LIMPEZA / PODA</b>				
18.1	02450	ORSE	LIMPEZA GERAL DE OBRA	M²	1,00	2,48	3,10
18.2	00026	ORSE	COLETA E CARGA MANUAL DE ENTULHO	M³	1,00	18,45	23,06
18.3	12637	ORSE	LIMPEZA DE FOSSA ATÉ 5 M³	UNID	1,00	350,00	437,50



**ESTADO DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

18.4	00003	ORSE	LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM VEG ETAÇÃO RASTEIROIRA, INCLUINDO ROÇAGE M E QUEIMA	M²	1,00	4,62	5,78
<b>19</b>			<b>PAISAGISMO</b>				
19.1	98534	SINAPI	PODA DE ÁRVORE EM ALTURA / MÉDIO PO RTE	UNID	1,00	336,22	420,28
19.2	98535	SINAPI	PODA DE ÁRVORE EM ALTURA / GRANDE PORTE	UNID	1,00	704,68	880,85
19.3	98528	SINAPI	REMOÇÃO DE RAIZES REMANESCENTES	UNID	1,00	317,49	396,86
<b>20</b>			<b>MÃO DE OBRA</b>				
20.1	101399	SINAPI	ELETRICISTA / PROFISSIONAL COM ENCA RGOS	MÊS	1,00	5.780,01	7.225,01
20.2	88264	SINAPI	ELETRICISTA / PROFISSIONAL COM ENCA RGOS	HORA	1,00	32,69	40,86
20.3	101402	SINAPI	ENCANADOR / PROFISSIONAL COM ENCA RGOS	MÊS	1,00	5.585,82	6.982,28
20.4	88267	ORSE	ENCANADOR / PROFISSIONAL COM ENCA RGOS	HORA	1,00	25,62	32,03
20.5	101445	SINAPI	PEDREIRO / PROFISSIONAL COM ENCARG OS	MÊS	1,00	5.726,97	7.158,71
20.6	88309	SINAPI	PEDREIRO / PROFISSIONAL COM ENCARG OS	HORA	1,00	32,27	40,34

<b>OBRA:</b>	<b>PLANILHA SERVIÇOS GERAIS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL</b>		
<b>PREÇO BASE:</b>	SINAPI/BA		
	ORSE		
	SEINFRA- CE		
<b>VALOR DO BDI:</b>	25%	06/10/2025	

**PLANILHA PREÇOS UNITÁRIOS**

ITEM	CÓDIGO	FONTE		UN.	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO C/BDI
<b>21</b>			<b>LOCAÇÃO / CARGA / TRANSPORTE</b>				
21.1		UNEB	LOCAÇÃO DE RETRO ESCAVADEIRA	HORA	1,00	229,41	286,76
21.2		UNEB	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MUNK	DIÁRIA	1,00	1.089,00	1.361,25
21.3		UNEB	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA	HORA	1,00	192,39	240,49
21.4	100982	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA EM CA MINHÃO BASCULANTE	M³	1,00	9,29	11,61
21.5		UNEB	TRANSPORTE EM CAMINHÃO CAPACIDA DE 10 M³ - FRETE	VIAGEM	1,00	272,59	340,74
21.6		UNEB	TRANSPORTE EM CAMINHÃO CAPACIDA DE 6 M³ - FRETE	VIAGEM	1,00	180,18	225,23
21.7	13311	ORSE	ANDAIME METÁLICO FACHADEIRO - locaç ão mensal , exceto montagem, desmontage m e tela	m²xmês	1,00	39,47	49,34